

1 **Ata n° 004/2018 da Audiência Pública para apreciação do Projeto de Lei**
2 **Complementar n° 001/2018, que “Disciplina o serviço de mototáxi no**
3 **município de Barra do Garças”**

4 Ao 1° (primeiro) dia, do mês de março, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às
5 20h05, em sede própria, reuniram-se os Vereadores, mototaxistas, autoridades
6 municipais e comunidade para a 4ª Audiência Pública do ano de 2018. O vereador
7 Dr. Joãozinho diz: Pessoal, boa noite! Como se trata de uma audiência pública,
8 ela vai ser gravada para que a gente possa depois transformar isso numa ata. Então,
9 quando cada um de nós for falar, questionar, propor alguma situação, eu peço por
10 favor que se identifique: eu sou fulano e diga o que você quer dizer para que a
11 gente possa depois constar na ata todas as falas e para que a gente possa
12 materializar depois disso num documento. Porque para mim, eu acho que para
13 quase todos, quase não, para todos nós que estamos aqui, esse é um momento
14 histórico para nós. Estamos vivendo o momento de solução de um problema que
15 já se arrasta há uma década, mas que nos últimos quatro anos se avolumou,
16 cresceu e exigia uma solução. Então, agora nós estamos no momento de encontrar
17 essa solução. Felizmente surgiu no horizonte uma solução jurídica que nos
18 permite dar um tratamento diferenciado para esse problema que aflige, causa
19 insegurança, tira o sono de muita gente, tirou aí nesses últimos quatro anos. Então,
20 cumprimento a todos. Fazer aqui o ritual proposto pela nossa secretária hoje, a
21 Edina. Quinta-feira, primeiro de março de 2018, nessa data realiza-se audiência
22 para tratar do Projeto de Lei Complementar 01 de 2018, de 26 de fevereiro de
23 2018, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Disciplina os serviços de
24 mototáxi no município de Barra do Garças”. Quero registrar aqui, desde logo, a
25 presença dos meus colegas parceiros desta Casa, que todos, são quinze
26 vereadores, ombrão aí cada um numa área mais específica, mas todos juntos em
27 todas as questões. Registrar aqui a presença do vereador Sivirino, o grande
28 baluarte do esporte no município. Um homem que tem levado aí para fronteiras
29 muito além da nossa cidade, do Estado e do próprio país, dando um exemplo de
30 que, uma coisa que a gente sabe, tudo aquilo que nós fazemos com carinho,
31 dedicação, entrega, paciência, perseverança, o resultado surge. Registrar também
32 a presença do colega, do também companheiro dessa Casa, vereador Alex. Esse
33 incansável vereador que está aí também atuando nas áreas mais diversas, em tudo
34 aquilo que interessa a municipalidade. Quero registrar, desde logo, que tenho
35 muito orgulho de participar, junto com esses dois que aqui estão e com os demais,
36 que por alguma razão não estão presentes, registrar a alegria e a honra que tenho
37 de pertencer a essa Casa. A gente vê no dia a dia aí, muito se fala de homens

38 públicos ímprobos, desonestos, que envergonham a nossa nação. Mas, a gente que
39 vive aqui sabe que nós temos uma câmara de excelência. Cada um de nós dentro
40 das suas próprias convicções procura fazer o melhor em defesa do interesse do
41 cidadão do município. Às vezes nós também divergimos, temos opiniões
42 diferentes, mas dessas divergências, diferenças, o objetivo é sempre buscar aquilo
43 que é o melhor para a cidadania. Quero também registrar a presença do presidente
44 do sindicato e de todos os mototaxistas. Estou vendo aqui filhos, esposas que se
45 fazem presentes nessa noite. Vou abrir aqui inicialmente para os meus colegas
46 para que faça uma fala, uma saudação, para que nós possamos dar início aos
47 trabalhos. Alex. O vereador Alex Matos diz: Em nome do João, nosso
48 companheiro que muito ensina aqui por meio do direito, eu quero cumprimentar
49 a todos vocês. São momentos únicos esses de participação popular aqui nessa
50 Casa. Momentos históricos que aqueles que representam as classes
51 especificamente tem que se posicionar e tem que defender os seus direitos. Então,
52 quando nós aqui aprovamos essa lei em dezembro, nós aprovamos porque nos foi
53 dito “pode-se cancelar o serviço a qualquer momento”. Aquelas pessoas
54 mototaxistas, e taxistas também englobavam a legislação, poderiam a qualquer
55 instante estar impedido de trabalhar. E como chegou naquele último dia do ano
56 com essa perspectiva, se nós tivéssemos pedido vista João, por exemplo, eu vi
57 algumas pessoas dizendo: “Poxa, nem leram”. Não lemos porque acreditamos que
58 era para beneficiar vocês. Não deu prazo da gente ler naquele dia, nós tínhamos
59 um acompanhamento em reuniões do sindicato, e nós se tivéssemos pedido vista,
60 ele teria sido votado só em fevereiro. Então, pensando em resguardar o serviço,
61 porque assim chegou aqui “pode cancelar agora”, nós então tentamos construir
62 algo que pudesse atender a todos. No entanto, como houveram essas falhas que
63 foram identificadas pelo sindicato, pelos advogados, e depois por toda a categoria,
64 as categorias, muito aprazadamente, vamos dizer assim, o Executivo entendeu que
65 era importante rever e nós estamos aqui justamente por causa de vocês. Então, nós
66 não estamos fazendo favor para ninguém, bonito, é nossa obrigação. É nossa
67 obrigação estar aqui hoje conversando, dialogando, escutando e preparando para
68 que essa lei seja a mais justa possível. Porque existe uma diferença entre a lei e a
69 justiça, não é meu amigo João? A lei nem sempre é justa, infelizmente, certo? E
70 nesse caso nós estávamos vendo aqui agora uma lei que seria injusta. Então, nós
71 temos que trabalhar, é importante os advogados do sindicato estarem, está
72 chegando aí o Herbert, presentes, convictos e da maneira mais legalista possível
73 nós chegarmos a um contento para a maioria. Infelizmente não dá para se atingir
74 todo mundo em nenhuma lei, mas que seja respeitado os direitos da maioria que
75 aqui está e que nós faremos de tudo para que esse direito seja resguardado. Então,

76 parabéns a vocês pela movimentação constante, o João que está junto com essa
77 categoria há muito tempo, e nós estaremos aqui a partir de hoje nos preparando
78 para chegar ao melhor conteúdo, vamos dizer assim, que a lei possa prever a
79 questão mais justa para vocês. Obrigado! O vereador Dr. Joãozinho diz: Vereador
80 Sivorino. O vereador Sivorino diz: Boa noite pessoal! A gente fica feliz de ver
81 vocês aqui e o momento é esse de discussão para depois não ter lamento. Eu acho
82 que se a gente construir junto alguma coisa que vem do encontro daquilo que
83 vocês buscam, como o Alex falou, nem sempre a lei é justa, mas dentro dessa
84 injustiça que pode vir ela seja menos possível, porque tem algumas coisas que
85 realmente tem que ajustar. O doutor Joãozinho tem acompanhado esse processo
86 de perto, vocês podem ter certeza, aquilo que for útil, aquilo que for bom e estiver
87 do nosso alcance, a gente vai estar brigando por vocês também. É a nossa função
88 aqui nessa Casa fazer isso. A gente sabe da luta de vocês, temos muitos amigos
89 aqui de longa data que está na categoria e vocês são uma categoria unida, sempre
90 busca o melhor para a categoria. Mas, chega um certo momento que tem que vir
91 para o enfrentamento e nem sempre ele é tão agradável como a gente gostaria que
92 fosse. Mas, dentro das nossas possibilidades e com a ajuda do Dr. João, do Herbert
93 e de vocês mesmos, os principais responsáveis, nós iremos encontrar um caminho
94 menos árduo. E que Deus nos dê sabedoria no decorrer dessa audiência e no
95 decorrer de todo esse processo para chegar no denominador comum que fica
96 maleável para todos. Está certo? Muito obrigado! O vereador Dr. Joãozinho diz:
97 Cadê o Tião? Tião, quer fazer o uso da fala? Nosso colega aqui. O vereador Tião
98 da Sorveteria diz: Boa noite! Eu já cheguei já tem doze minutos de atraso, aí
99 alguns colegas meus do mototáxi, quase são todos os meus conhecidos, pediram
100 para eu vir aqui para dar uma força para vocês. E eu estou do lado de vocês. Vocês
101 não podem perder uma luta, foi uma conquista adquirida há mais de quinze anos.
102 Então, nós temos aqui os advogados para defenderem vocês e eu também tenho
103 que ficar do lado de vocês. Porque eu lembro, no começo do mototáxi deu muita
104 polêmica, o Augustinho queria tirar vocês de todas as formas, queria ganhar o
105 dele sozinho. Então, vocês podem contar comigo, o que precisar eu estou com
106 vocês. Obrigado! O vereador Dr. Joãozinho diz: Queria oportunizar aqui, ainda
107 na abertura, ao presidente do sindicato para que possa fazer uma fala em nome da
108 categoria, alguém que se disponha, o presidente ou alguém que ele entender. Pode
109 ser o Herbert pra fazer uma fala aqui de abertura? O advogado do sindicato,
110 Herbert Penze, diz: Boa noite a todos! Boa noite ao vereador doutor Joãozinho,
111 que está conduzindo essa audiência pública, a todos os vereadores, vereador
112 Sivorino, ao vereador Alex, vereador Tião. Agradecer primeiramente a presença
113 dos mototaxistas. É de suma importância a união da classe, através dessa união a

114 gente vai conseguir chegar onde almeja-se. Em relação a todo esse acontecimento,
115 conforme já foram feitas várias reuniões entre nós e o sindicato, entre a diretoria
116 do sindicato, entre vocês que fazem parte do SINDIMOTOBAG, gostaria de
117 ressaltar que segunda-feira será o dia crucial. Hoje também é um dia crucial no
118 qual vocês vão estar expondo todos os seus anseios. O doutor Joãozinho
119 provavelmente vai estar expondo artigo por artigo. Então, vai ser oportunizado
120 aqui nesse momento, tudo que vocês reivindicarem e no crivo dos vereadores vão
121 estar tentando adequar dentro da legalidade, obviamente. Em relação a lei, a gente
122 teve acesso a lei na própria segunda-feira no dia em que foi encaminhada aqui a
123 câmara municipal. Nós já nos reunimos com a diretoria e o grupo de advogados
124 que fazem parte da assessoria do sindicato. Nós já, inclusive, rabiscamos aqui a
125 lei juntamente com a diretoria e todos aqueles pontos cruciais já vão ser elucidadas
126 aqui, vão ser colocados em pauta: em relação à transferência, ao preposto, a vida
127 útil da moto, a questão do tempo para regularização. Vai ser tudo colocado em
128 pauta aqui agora. E deixar vocês tranquilos que enfim, depois de muito tempo,
129 depois dessa semana toda, mais de dez anos que o ministério público vem
130 ajuizando, vem na verdade cobrando da classe a regularização, e chegou o
131 momento. Chegou o momento de vocês regularizarem e de ter segurança jurídica
132 para que vocês voltem para casa tranquilos, cientes de que vocês vão estar
133 regulares para exercer a profissão de vocês. Muito obrigado! O vereador Dr.
134 Joãozinho diz: Bom, agora vamos lembrar também e registrar aqui a presença de
135 nossos colegas taxistas. São profissões que são primas-irmãs, são profissionais
136 que se dedicam ao transporte de passageiros e que também algumas soluções
137 encontradas aqui, quando para a questão dos mototaxistas, também se aplicará e
138 nós faremos as adequações para eles, que tem uma legislação própria. Quero
139 cumprimentá-los e dizer que todos estamos juntos. Gente, vou fazer uma pequena
140 digressão aqui, pegar um histórico rapidinho só para nós nos situarmos. Nós
141 sabemos, nós temos uma legislação, a última de 2001, que regulamenta o serviço
142 de mototáxi aqui. Eu sempre tive uma leitura, eu dizia sempre e continuo
143 pensando que nas últimas duas décadas talvez tenha sido um dos eventos mais
144 importantes que aconteceu dentro do município de Barra do Garças. Porque quem
145 como eu, o Juarez, alguns outros que olho aqui e vejo desde o começo, sabem que
146 a atividade de mototáxi não foi um presente dado por um administrador ou pela
147 prefeitura, pela Câmara, por ninguém. Ela foi uma conquista da categoria desde o
148 início. Quem vivenciou essa história sabe que nós tivemos, a categoria, teve que
149 se impor porque havia no início uma resistência muito grande. O doutor, os
150 meninos lembraram, o Alex lembrou muito bem, os problemas que nós tivemos
151 com a empresa de coletivo no início. Então, foi uma luta e uma conquista da

152 categoria. Numa cidade como a nossa que nós sabemos e vivemos com muita
153 preocupação, isso no dia a dia, aqui nessa Casa, talvez o maior gargalo, a maior
154 dificuldade de Barra do Garças seja a questão do emprego. Por que? Eu confesso
155 e digo isso com certa frequência, às vezes eu saio à noite, a gente sai à noite, e me
156 dói o coração, como sei também que é a realidade dos colegas, o Svirino que
157 trabalha com crianças, o Alex que passa pela faculdade, registrar aqui o nosso
158 colega Zé Gota que frequentou a faculdade, o Tião que também vive ali o dia a
159 dia com muita gente ali no seu comércio, dói o coração a gente vê aquele tanto de
160 meninos, talvez filhos até de algum aqui, meninos, meninas, jovens, se
161 preparando, estudando, seja nas escolas de segundo grau, no SENAI, no SENAC,
162 das universidades, e a gente olha e fala: meu Deus, nós temos a responsabilidade
163 de criar oportunidade para que essas pessoas cheguem ao mercado de trabalho.
164 Trabalho, salário é dignidade. Não existe dignidade sem emprego, sem renda. A
165 gente vivencia isso e nós sabemos que esse é um grande problema da nossa cidade.
166 Então, quando surgiu, se firmou a categoria, por isso que eu tenho a leitura que é
167 uma conquista social, sempre tive muito claro isso, e evidentemente isso vai
168 esbarrar no problema que temos aqui, que essa conquista que muitos vivenciam
169 aqui, trabalhando de quatro ou cinco anos, ela foi construída sobre os ombros, o
170 esforço, a dedicação de muitos outros que nos antecederam, que não estão por
171 aqui. Por exemplo, uma pessoa que eu tenho muito no coração, o Birobiro, o
172 Nilson, companheiros de primeira monta, das primeiras diretorias, dos momentos
173 de enfrentamento que nós vivemos, o Negão, que estão em Primavera, o Birobiro
174 parece que estava em Primavera, teve em Rondônia agora a pouco, e muitos outros
175 companheiros que construíram essa história, que permitiram que chegasse até
176 aqui. Então, pois bem, de 2014 para cá, é preciso que se registre isso para que a
177 gente saiba exatamente da importância desse momento, a partir de 2014 eu fiz
178 questão de trazer isso aqui e foi exatamente em março de 2014, esse é um
179 documento do Ministério Público onde é muito extenso, são vinte e nove páginas,
180 mas ele trata exatamente a partir de março de 2014, vão fazer quatro anos, o
181 Ministério Público enviou esse documento para a prefeitura, uma notificação
182 recomendatória dizendo: olha, o serviço de mototáxi está irregular. Olha o título
183 lá: lei municipal, contrariedade aos dispositivos condicionais, permissão de
184 serviço público, mototáxi, falta de licitação, transferência, impossibilidade e
185 incondicionalidade. É muito extenso, mas em resumo o Ministério Público dizia
186 assim desde 2014: tem que fazer uma licitação. E esse era o grande drama que nós
187 passamos a viver. E agora? E o cara que todos nós sabemos, que a gente sabe, tem
188 gente que está aqui e fez o acerto na firma, pegou tudo que tinha e inteirou um
189 bocado para poder ter um colete, uma moto e trabalhar. Teve gente que veio da

190 fazenda, vendeu a casa, o lote, enfim, fez todo sacrifício possível. E a gente dizia:
191 poxa, se fizer uma licitação, a lei diz, esse documento vai dizer mais aqui embaixo
192 um pouquinho, ele vai falar da questão da impessoalidade. Quer dizer, numa
193 licitação eu não posso salvaguardar ninguém, ela é para todos, e isso retirava
194 daqueles que já. Que uma outra leitura que eu tenho, Nivaldo é meu colega,
195 trabalhamos de servente de pedreiro juntos para o mesmo pedreiro lá em Água
196 Boa, não é Nivaldo? Então, eu sei por exemplo de muitos que conheço e me
197 corrijam se eu tiver mentindo, trabalhar de moto o dia inteiro envelhece. Você
198 envelhece dois anos em um. Por que? A exposição ao sol, vento. Isso maltrata a
199 pele, o cabelo, enfim, maltrata a coluna. Então, esse pessoal ia simplesmente, por
200 essa exigência do Ministério Público, competir em condição de igualdade com
201 todos os outros. Essa era a solução legal exigida pelo Ministério Público. Fiz
202 questão de trazer aqui o documento, mas é aquilo que o colega disse, era a solução
203 legal, mas não era a solução justa e a gente precisa aproximar essas duas
204 realidades: o que é legal do que é justo. Então, feita essa recomendação de 2014,
205 a prefeitura passou, como não tinha uma solução, não havia uma solução, a fazer
206 uma resistência muda. Foi empurrando, empurrando, empurrando, empurrando e
207 o Ministério Público sempre instigando, apertando, tem que fazer. Até que há
208 cerca de um ano, um ano e alguma coisa, um ano não é, fez um TAC. A prefeitura
209 quando não teve mais jeito e o Ministério Público falou: olha, tem que fazer um
210 TAC, Termo de Ajustamento de Conduta. Mas, a condição de todas as
211 proposituras do Ministério Público era: é preciso fazer licitação, não havia como.
212 Nós tentamos, agora recentemente o Herbert e o seu colega, que não está aqui
213 agora, foram ao Ministério Público, sequer foram recebidos para tratar, não se
214 aceitava nem conversar sobre esse assunto para alterar essa condição. Mas, a gente
215 que vivencia, então nós fomos empurrando. Mandou a lei, nós discutimos,
216 fizemos audiências públicas aqui o ano passado, discutimos. Olha, tentamos achar
217 uma solução, mas não surgia no horizonte uma possibilidade. Até que
218 recentemente, olha, o ano passado, em 2017, o Supremo Tribunal Federal, o STF,
219 e o STJ, preciso registrar também, tem no YouTube e se você tiver paciência de
220 procurar, nós vamos achar essa discussão quando foram votadas essas questões,
221 quando o Supremo se viu numa saia justa. O Supremo Tribunal Federal na
222 discussão que os ministros tiveram disseram mais ou menos isso: olha, existe um
223 problema social por trás dessa questão, a aplicação da lei por si só não vai
224 satisfazer. Nós vamos criar um problema social porque essa realidade da falta de
225 emprego infelizmente também não é só nossa, é desse país inteiro. Então, o que
226 aconteceu? Em duas ações, nesse intervalo, inclusive já havia não é Herbert, uma
227 lei de mobilidade. Calçados numa lei de 2012, uma lei que é aquilo que chamamos

228 de lei da mobilidade, o STF mudou um conceito, uma interpretação, eu não vou
229 perder muito tempo com isso porque isso é uma coisa jurídica. Mas, só pra gente
230 saber, se situar o que aconteceu em 2017. Por que? Qual é a natureza do nosso
231 serviço? Mais ou menos é assim a ideia se fosse dos anos setenta: bom, esse cara
232 é homem, no ano setenta, homem veste calça, não veste saia. Mulher veste vestido
233 e saia. Então: ah não, é homem, só pode usar calça. Mais ou menos foi isso que o
234 STF fez, ele mudou o conceito da nossa atividade. O que ele disse? Olha, estão
235 dizendo que esse serviço é um serviço público, logo todo serviço público diz a
236 Constituição no seu artigo 175, todo o serviço público precisa ser repassado a
237 terceiros, mais ou menos assim, para que o terceiro possa exercer, só mediante
238 licitação, não tem jeito. E pronto, era essa a situação que nós tínhamos, durante
239 anos se manteve. Quem vivenciou também a luta do mototáxi sabe e esse era um
240 medo que a gente já conversava lá atrás. Todas as leis de mototáxi que foram
241 questionados a constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal foram
242 declaradas inconstitucionais, se dizia: olha, município não pode nem legislar, nem
243 o Estado, é só a União. Pois bem, o ano passado, com essa mudança conceitual, o
244 que aconteceu? Abriu-se um horizonte para nós. Por que? O que o STF diz? Ele
245 falou assim: olha, não se trata de serviço público. Mas, a lei de mobilidade tem
246 uma expressão que diz assim: serviço de utilidade pública. Deixou de ser homem,
247 agora é mulher. Então, não precisa estar de calça, ou seja, não precisa licitar. Mais
248 ou menos é essa a história. Por conta disso, quem teve na reunião lá com o
249 prefeito, o Herbert estava, os meninos da diretoria, o Beto até fez, o nosso prefeito,
250 um gesto simbólico de falar: olha, essa lei aqui, rasgou simbolicamente, claro,
251 dizendo que nós iríamos alterar. Aquilo que o colega já disse, como nós estávamos
252 fustigados pela aquela situação que vinha e a gente temia uma ação, porque é
253 preciso lembrar, não é uma crítica, é uma constatação, que muitas vezes o
254 Ministério Público não se pauta por aquilo que é justo sobre um conceito de
255 justiça. Quer ver? Eu digo sempre, a questão do leite para mim é tradicional, eu
256 tenho certeza que se eu pedisse para levantar a mão aqui, um bocado de nós vai
257 dizer que cresceu comprando leite do carroceiro, que o carroceiro que vendia leite,
258 que o fornecedor de leite in natura aqui na Barra, prestavam um serviço social.
259 Por que? Porque a Mariazinha que era doméstica, que tinha dois filhos, ou o
260 Zezinho que trabalhava na antiga Sadia, às vezes o dinheiro não dava para todas
261 as despesas. Aí ele chamava o cara do leite e falava: oh, vou te pagar a metade, aí
262 no vale da quinzena eu acerto o resto. Quem não conhece essas histórias? Então,
263 aquele leite lá, até onde a gente sabe, pelas notícias que circulam aí nos grandes
264 jornais, faz menos mal do que o da caixinha, que é soda, não sei o que, adulterado
265 e não sei o que. Mas, para o Ministério Público só servia se cumprisse a lei e se

266 proibiu de vender leite in natura, e se prendeu, jogou leite fora. É uma constatação.
267 Então, a gente tinha medo de que no final do ano? De que se a gente não aprovasse
268 aquela lei naquele momento pra gente poder respirar e achar uma outra solução,
269 a gente corria o risco de entrar com uma ação até interditar a atividade. Então,
270 aprovada a lei na perspectiva de que nós achássemos. Apareceu pelo trabalho
271 conjunto das assessorias, pelo trabalho conjunto da nova diretoria, dos vereadores
272 dessa Casa, apareceu a solução. Então ponto, não vamos mais fazer licitação, ou
273 seja, as vagas serão daqueles que estão trabalhando. É isso que vamos fazer,
274 preservando o direito. Então, esse é um ponto que já está fora de discussão. Então,
275 por conta disso o prefeito mandou uma nova lei para cá. Falou: olha, agora não
276 precisa mais, já tirou o aperto e a gente pode manter. Quero registrar aqui porque
277 o Herbert me fez essa pergunta e eu quero registrar, durante todo o tempo,
278 senhores, o prefeito Roberto Farias, administração Roberto Farias, esteve do lado
279 da categoria. Por que? Porque a resistência de lá para cá, se não tivesse, teria
280 sucumbido a vontade do Ministério Público e já tinha feito essa licitação há três
281 anos atrás, há dois anos atrás. Mas, se vocês verem aqui o TAC, se eu ler tudo,
282 inclusive havia pena, que o Ministério Público também adora fazer isso, de multa
283 inclusive para o prefeito se não fizesse. Foi resistindo até nós chegarmos aqui.
284 Então, feita essa pequena digressão, agora nós vamos passar para essa nova lei
285 que chegou. Por que? Ainda existem algumas questões a serem sanadas. Então,
286 só pra gente entender o procedimento. A lei já está aqui nessa Casa. O que nós
287 vamos fazer agora? Nós vamos ler e apresentar algumas emendas. Ovi-los,
288 sugestões das emendas, e essas emendas depois serão subscritas. A gente não pode
289 nós mesmos fazer, mas nós vamos pegar essas propostas e elas serão subscritas
290 por todos os vereadores da Casa na segunda-feira. Ninguém vai votar diferente ou
291 se posicionar diferente. Então, nós vamos agora ler a lei, sei que é um exercício
292 cansativo pra quem trabalhou no sol aí o dia inteiro, mas tenham um pouco de
293 paciência. Por que? Porque é um momento muito nosso e é o momento de decidir
294 e de pontuar aquilo que é a nossa profissão para os próximos cinco, dez, não sei
295 quantos anos ainda ficaremos nessa. Certo professor? Então, passado aqui o TAC,
296 vamos a lei. Este é o texto da lei que chegou. Como nós não conseguiríamos fazer
297 uma cópia para todos, a gente decidiu que para cada uma fileira nós vamos fazer
298 uma cópia, algumas fileiras quase já pegaram. Ainda tem algumas cópias aqui, se
299 alguém quiser está aqui. Pode levar também depois caso queira. Então, vamos lá.
300 Artigo primeiro. Vamos lá pra gente ganhar um tempinho. Tranquilo! Gente,
301 vamos lá pra ganhar um tempo porque tem bastante coisa, senão nós vamos varar
302 a madrugada. Por mim eu não importo, mas. Artigo primeiro. Edina, vai ficar
303 registrado na ata, não é? Mas, eu queria que você só anotasse as sugestões, aquilo

304 que ficasse definido como proposta de emenda. Então, vamos lá. Artigo primeiro:
305 o serviço de transporte de passageiros em motocicletas, mototáxi, no município
306 de Barra do Garças obedece às normas específicas estabelecidas por essa lei.
307 Parágrafo único: o serviço de mototáxi, olha só aquela expressão que eu falei, é
308 de utilidade pública executada por particulares, por autorização do poder público,
309 com prazo determinado, renovável anualmente correspondente a trezentas motos.
310 Eu penso, e aqui é uma sugestão, vamos decidir agora como nós vamos fazer, que
311 nós já devemos ir lendo e fazendo as propostas, ou vocês preferem que leia tudo
312 e depois volte? Vamos lendo, fazer agora? Beleza! Bom, quanto a esse artigo
313 primeiro aí, vamos estabelecer assim, lembrar que vai se identificar e você tem no
314 máximo três minutos pra gente poder deixar todo mundo que quiser, beleza?
315 Então, quanto a esse artigo primeiro, doutor. O advogado do sindicato, Herbert
316 Penze, diz: Com relação a essa questão a gente discutiu com a diretoria e o que a
317 gente pleiteia aqui é dar uma segurança, e ao nosso ver, a posição do sindicato é
318 que esse renovável anualmente sofra uma alteração para que a gente pleiteie aqui
319 pelo menos um prazo maior, um prazo que seja de cinco anos, conforme a gente
320 até discutiu com o doutor Joãozinho na segunda-feira, porque assim a gente vai
321 ter uma segurança maior. Como a questão da autorização não tem como fugir, é
322 por prazo determinado, isso não tem como a gente fugir legalmente, então a gente
323 indica aqui cinco anos é um prazo razoável. A gente acredita que cinco anos seria
324 um prazo razoável. Se alguém quiser comentar alguma coisa, dar alguma
325 sugestão, pode ficar à vontade. Não tem como. O senhor Vilson diz: Boa noite!
326 Então, colocando ele anual eu acredito que fica meio improporcional à classe,
327 sabe. Então, se colocasse um prazo indeterminado seria bem melhor para nós.
328 Porque é igual o doutor falou, a gente não tem segurança. Que segurança a gente
329 vai ter? Então, entra um governo, sai outro e a gente vai ficar sempre na mão do
330 governo. Aí fica meio complicado para nós. Vilson Balduino Martins. O vereador
331 Dr. Joãozinho diz: A propositura, quem concorda com ele, vamos ver. Quem
332 concorda com a exposição dele? Beleza! Então, nós podemos fazer como
333 propositura da categoria que seja cinco anos? Podemos? Como propositura da
334 categoria que o prazo da permissão é de cinco anos? O advogado do sindicato,
335 Herbert Penze, diz: Pelo que entendi eles queriam um prazo indeterminado, mas
336 é igual a gente falou, não tem autorização, não tem como ser o prazo
337 indeterminado na questão que esbarra na questão legal. E a questão dos cinco anos
338 é exatamente o que a gente discutiu, esse anual realmente é impossível, realmente
339 há uma insegurança. A questão dos cinco anos, igual a gente falou, já falamos
340 diversas vezes, a classe é muito forte, caso alguma autoridade do poder público
341 venha tirar o colete, eu acredito que será um tiro no pé. Se a classe realmente, o

342 sindicato, voltar a ser unido, mostrar a força que vem mostrando, igual nessa
343 última semana, eu acredito que haverá sim uma segurança. Ninguém vai ser doido
344 de tirar o colete de uma classe unida desse jeito. Se tirou o colete de um é a mesma
345 coisa de tirar o colete de duzentos e noventa e nove. Se vocês pensaram assim
346 essa questão vai ser sanada. Agora, se a classe continuar realmente desunida e
347 cada um pensar somente em si, realmente fica uma questão complicada. Não há
348 possibilidade da questão de ser por tempo indeterminado. Essa questão da
349 licitação, igual o doutor João falou anteriormente, é uma questão que já está
350 rechaçada, mas só a título de curiosidade, o prazo que seria proposto seria um
351 prazo de dez anos renovável por mais dez, porque na licitação esse prazo maior é
352 viável porque vai ser através de uma concessão, vai ser um pregão, vai ter um
353 outro procedimento. Aqui a questão da autorização é uma autorização de forma
354 precária, então não tem como a gente fugir, não tem como a gente colocar aqui
355 por tempo indeterminado porque vocês também tem que entender. Essa segunda-
356 feira será um dia muito importante e nós temos que fazer tudo dentro da legalidade
357 para que o Ministério Público não venha propor um ADIN e tudo que a gente vem
358 lutando aqui caia por terra. Então, a gente também tem que ter esse bom senso.
359 Tudo que a classe quer, a maioria do que a classe quer, vai ser proposto aqui. A
360 lei que estou aqui está rabiscada, tem várias proposituras. O Marafa, o Américo,
361 a gente se reuniu várias vezes e esse prazo de cinco anos acredito que seja um
362 prazo razoável. O vereador Alex Matos diz: Herbert, você me dá um parte, por
363 favor? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Por favor. O vereador Alex
364 Matos diz: É o seguinte também amigos, tem uma coisa que deve-se deixar claro.
365 Nós temos que caminhar o mais próximo possível do que nós chamamos
366 legalidade porque veja bem, a gente pode até colocar o desejo do nosso
367 companheiro, que é de todos nós, quer segurança melhor do que essa: eu tenho
368 aqui um contrato e enquanto eu viver é indeterminado. Mas, quando se trata, não
369 é mais o serviço público, mas ainda de utilidade pública, tem que ter o tempo
370 porque se nós falarmos assim: não, estamos com a categoria. Nós íamos fazer
371 barulho, vamos lá xingar não sei quem, vamos pressionar prefeito, o Ministério
372 Público. Mas, a lei ele derrubava como está falando ali o Herbert. Entendeu?
373 Então, se nós votássemos algo aqui assim, o Ministério Público entrava com
374 liminar e derrubava. E o pior: ao saber, por exemplo, nós chegarmos aqui para
375 votar, não é João, a assessoria jurídica da câmara falar: olha, se vocês votarem
376 isso, vocês vão estar incorrendo improbidade, o vereador. Improbidade representa
377 o quê? Bloqueio de bens, de dinheiro, processo. Então, uma situação dessa a turma
378 aqui não vai ter coragem de votar por conta da inelegibilidade. Isso aí ainda vai,
379 agora imagina os seus bens bloqueados, você não poder tirar um real da conta.

380 Então, nós temos que caminhar como o Herbert está colocando aí, e ter a força
381 sempre porque como o companheiro falou lá, daqui cinco anos, não é João, um
382 prefeito falar: não, nós quer. Não, a categoria está junto e tem que fazer do mesmo
383 jeito que foi feito cinco anos atrás. Então, é estar sempre junto, sempre unido. O
384 vereador Dr. Joãozinho diz: Pronto, pode falar. Um participante, não identificado,
385 diz: Esses cinco anos é muito pouco pelo tempo que já temos serviço prestado há
386 mais de vinte anos. O vereador Dr. Joãozinho diz: Veja bem, posso falar agora?
387 Então, vou dar a minha opinião pessoal. Primeiro, uma notícia que acho que
388 escapa um pouco, eu li o julgado do STF, lá na ação que o STF discutia havia um
389 prazo da permissão e é um prazo muito maior do que esse. Segundo, nós temos
390 que entender que nós estamos dizendo que a permissão é de cinco anos. E como
391 que a gente pode, eu penso que a gente pode, fazer uma propositura para sanar
392 isso? Acrescentando o seguinte, renovável por igual período desde que o mototáxi
393 preencha as mesmas condições, e nós automaticamente estaríamos fazendo a
394 permissão por dez anos. Então, a minha propositura que eu penso que nós
395 sanaríamos esse problema, veja bem, e inclusive eu penso e inclusive ainda vamos
396 acrescentar uma outra expressão, um outro parágrafo aí dizendo assim: renovável
397 por igual período desde que o permissionário, aquele que tem a permissão,
398 preencha os requisitos legais. E aí ainda nós vamos acrescentar uma outra coisa:
399 a retomada da permissão só será permitida de forma motivada pela administração.
400 O que quer dizer isso? Nós vamos dizer assim, estamos dizendo assim: que não
401 basta o administrador do futuro querer, ele vai ter que ter um motivo. Falar assim:
402 não, eu vou parar porquê, nós vamos ver. Isso é aquilo que a gente disse, isso é
403 uma situação que nós vamos amarrar lá na frente. Por que? Porque a lei exige, por
404 exemplo, que você, que eu acho um absurdo, mas é o que está na lei federal, eu
405 acho um absurdo, a lei federal diz assim, é o Código de Trânsito artigo 136 e 135,
406 para exercer esse tipo de atividade você tem que ter certidão criminal de que você
407 não responde processo por homicídio, por tráfico de drogas, corrupção de
408 menores, tem uns quatro crimes. Então, vamos dizer o seguinte, que é possível
409 quando terminar a concessão, aí o cara vai lá renovar: cadê a certidão José. Aí o
410 José chega lá com a certidão. Fala cara você está respondendo. Eu acho um
411 absurdo. Eu vou dizer o porquê eu acho um absurdo, aonde que eu acho absurdo.
412 Aí fala assim: olha, você está respondendo um processo por homicídio doloso,
413 nós vamos pôr essa palavra ainda, é doloso, aí você não pode mais ser mais
414 mototáxi. Por que eu acho essa disposição um absurdo como ela está proposta no
415 Código de Trânsito? Porque o Código de Trânsito diz que você tem que ter uma
416 certidão de distribuição da ação. Quer dizer o seguinte companheiro, o que quer
417 dizer isso? Basta que o Ministério Público, e porque estou falando do Ministério

418 Público? Porque nessas ações de homicídio, roubo, tráfico, quem propõe a ação é
419 o Ministério Público, basta que ele distribua uma ação contra você e você vai estar
420 impedido de exercer sua atividade. Isso fere o princípio da presunção de
421 inocência, que é um princípio constitucional. A lei teria que prever que o cara só
422 era obrigado a deixar de exercer depois que ele fosse condenado. Por que? Porque
423 eu sou advogado da área criminal e eu sei que tem um monte de processo que o
424 cara responde e é inocentado. E aí? Três anos depois fui inocentado e não pude
425 trabalhar. Então, eu acho um contrassenso, faço o registro aqui. Mas, infelizmente,
426 se vocês pegarem o Código de Trânsito, ele diz isso, que a gente não pode, nós
427 aqui câmara de Barra do Garças, não podemos dar além do que a lei nos permite.
428 Só para fazer esse registro. Então, propositura pra gente passar para o outro artigo,
429 vamos dizer assim, propositura nossa: cinco anos, renovável por igual período,
430 desde que o permissionário preencha as condições exigidas por essa lei. Beleza?
431 E aí nós teríamos transformado em dez anos. Tem que entender o seguinte, deixa
432 eu só falar uma coisa que devia ter falado isso. E aí Joãozinho, passou dez anos,
433 então a prefeitura pode tomar a minha vaga? Não! Só quer dizer que você precisa
434 renovar a sua licença. Você precisa ir lá e levar a documentação todinha para
435 comprovar que você continua, por isso que nós vamos acrescentar aquela
436 expressão dizendo assim: a retomada da permissão só será possível mediante ato
437 motivado da administração. Por que? Venceu os cinco anos, já está garantido
438 automaticamente a renovação, desde que preenchidos os requisitos. E venceu os
439 outros cinco anos, eu vou perder? Não! Só está se garantindo que a outorga vai
440 ser pelo menos por dez anos. Essa é a propositura que eu gostaria de fazer. Se
441 alguém tiver também alguma outra. Dona Maria? A senhora Maria diz: Eu só
442 queria falar que eu comprei o colete e já tem quase um ano e está alugado, e agora
443 eu precisei do colete e eles falaram que não está fazendo transferência. Então, eu
444 preciso do colete. O vereador Dr. Joãozinho diz: Essa questão da transferência
445 nós vamos enfrentar lá na frente. É inclusive um requerimento que a lei realmente
446 veio sem essa. Pois não, Herbert! O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz:
447 Então, seria no parágrafo segundo sua proposição, já no artigo primeiro? O
448 vereador Dr. Joãozinho diz: De um parágrafo segundo no artigo primeiro. O
449 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Parágrafo segundo que esgotado os
450 dez anos. O vereador Dr. Joãozinho diz: A retomada da permissão só será possível
451 mediante ato motivado da administração. O advogado do sindicato, Herbert
452 Penze, diz: Seria o parágrafo segundo do artigo primeiro, não é? O vereador Dr.
453 Joãozinho diz: Beleza? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Beleza! O
454 vereador Zé Gota diz: Só um minutinho doutor João. Primeiro aqui cumprimentar,
455 cheguei um pouco atrasado, cumprimentar aqui em nome do meus amigos

456 mototaxistas. Eu entendo a reclamação do senhor porque não é fácil, é o seu
457 trabalho dia a dia, o pão a pão, mas é como os vereadores aqui mencionaram, o
458 doutor Joãozinho também, a gente está fazendo o possível e o impossível para
459 fazer o gosto de vocês também. Mas, temos que atender a lei porque o Ministério
460 Público está vindo ferroando, por isso que era muito importante, como o doutor
461 Herbert tentou conversar com o promotor, mas não atendeu, e a gente sabe como
462 são esses caras. Mas, eu acho que consenso é tudo. No caso tem o direito
463 completamente de reclamar, mas eu acho que se chegou nesse consenso, que acho
464 muito bacana, minha opinião, mas são vocês que são os profissionais, de ser de
465 cinco anos renovando mais cinco. E podem ter certeza que vamos lutar como
466 sempre lutamos de questão de preferência. Aqui vimos conversando e tem
467 mototaxista que tem mais de dezenove, vinte anos com o colete, seria uma coisa
468 trágica ter tirado. Então, eu gostaria só que o senhor entendesse que estamos aqui
469 lutando por vocês também para chegar nesse consenso. Eu vi muitos reclamaram,
470 mas vocês estão no direito porque a audiência pública é para isso mesmo, é para
471 debater. Quem achar que não deve ou quem achar que é assim, essa é a hora, por
472 isso que eu concordo com o senhor, tem que falar mesmo. Mas, acho que esse foi
473 um consenso e vamos debatendo com a sua assessoria jurídica, aqui com a câmara,
474 para chegar no meio que não possa prejudicar, principalmente vocês, essa
475 categoria que trabalha no dia a dia, sol a sol, os legisladores, e que possamos fazer
476 uma lei municipal que não possa trazer mais problemas, que temos aí mais de dez
477 anos nesse empurra-empurra. Então, eu concordo plenamente. Se quiser eu passo
478 o microfone para o senhor de novo. Se vocês concordarem em ser cinco, renovado
479 mais cinco porque aí eu acho que fica bom para todo mundo, não é doutor
480 Joãozinho? Porque aí não vai ter nenhum desgaste jurídico, porque infelizmente
481 a gente pode passar até por isso, esse desgaste de vir promotor, entrar com ADIN
482 e acabar com tudo. Aí mais uma briga anos e anos. Então, eu acho que a gente
483 tem que chegar num consenso em toda parte para que faça uma lei sensacional e
484 não possa ter mais esse problema, não é doutor. Só passar aqui para eles caso
485 quiserem questionar. A questão do ano está tranquilo? Qualquer coisa eu vou ficar
486 com o microfone aqui, vocês levantem a mão que eu entrego. O vereador Dr.
487 Joãozinho diz: Só corrigindo, fazer uma correção aqui da minha fala, não é 136,
488 é o artigo 329 do Código de Trânsito que fala: os condutores dos veículos que
489 tratam os artigos 135 e 136, são as nossas atividades, para exercer suas atividades
490 deverão apresentar previamente certidão negativa do registro de distribuição
491 criminal. Um absurdo, não é doutor? Alguém já tinha que ter pedido a
492 inconstitucionalidade disso aqui. E ele ainda fala e é pior ainda: relativamente aos
493 crimes de homicídio. Para nós que militamos no direito sabemos que, por

494 exemplo, tinha que ser homicídio doloso. Por que? Se você atropelar alguém e o
495 cara falecer, é homicídio, mas é homicídio culposo. Então, a lei ainda tem isso.
496 Mas, vamos lá para nossa vaca magra, como dizem. Vamos voltar aqui. Bom, eu
497 vou dizer uma coisa aqui só para finalizar o parágrafo primeiro. Essa propositura
498 que sairá daqui eu asseguro para vocês assim: é o mínimo. Até segunda-feira, me
499 desculpem o que eu vou dizer aqui agora, nós esperamos quatro anos no mínimo,
500 se a gente tiver no horizonte, porque eu vou trazer a lei para argumentar aqui,
501 naquela lei lá de Guarapari, eu não quero despertar aqui nenhuma falsa
502 expectativa, mas o prazo em Guarapari no Espírito Santo é dez anos e o Gilmar
503 na decisão dele não questiona esse prazo. Porque também não era objeto do
504 despacho dele. Ele questiona só a questão da constitucionalidade. Ele fala: olha,
505 inconstitucional não é, a exigência, a possibilidade de liberação. Só pra gente
506 saber. Então, o que vai ficar aqui cinco anos, renovável por mais cinco é o mínimo
507 que a Casa se propõe a garantir. Mas, nada impede que até segunda-feira e o que
508 eu ia dizendo pra gente ter um pouquinho de paciência, e se chegar segunda-feira
509 e falar vamos esperar na outra segunda porque nós vamos arrumar uma
510 justificativa. Por que? Como disse pelo doutor, depois que a gente votar, a gente
511 vai submeter ao prefeito. Claro que o prefeito pretende selecionar, mas aí ele tem
512 que selecionar também quando ele vai sancionar uma lei, ele tem que fazer aquilo
513 dentro da legalidade. Então, pra gente não correr esse risco de pôr a nossa
514 caminhada. Certo? Vamos para o segundo então: o serviço de mototáxi destina-
515 se ao atendimento de localidade que por suas condições viárias, topográficas,
516 urbanas ou por qualquer outro meio não sejam adequadamente atendida pelos
517 demais meios de transporte, e será efetuado um cadastramento visando a
518 permanência do profissional mototáxi, que esteja exercendo a atividade, e cujo o
519 cadastro na secretaria municipal está inscrito em seu nome à data de publicação
520 desta lei. É muita coisa dita de uma vez só, não é? Alguém tem alguma propositura
521 para fazer em relação a isso aí? Vamos começar pelo Herbert porque já dar uma
522 visão mais técnica. O doutor Herbert. O advogado do sindicato, Herbert Penze,
523 diz: Exatamente! Eu até conversei, eu, Marafa e o América. O Américo conversou
524 com o doutor Lucas e a gente colocou mais para frente. Mas, qual seria a ideia?
525 Dar maior força e representatividade para o sindicato. Então, será efetuado um
526 cadastramento, a gente fazer um adendo aí nessa questão cadastramento.
527 Sugestão: será efetuado o cadastramento, como a gente pode colocar aqui, enviado
528 pelo sindicato com os nomes e o cadastramento será enviado pelo
529 SINDIMOTOBAG. Eu acredito que seria uma questão importante dar maior força
530 ao sindicato, doutor João. Porque aqui está uma coisa omissa, será afetado um
531 cadastramento, então poderia fazer um adendo no sentido de dar maior força para

532 o SINDIMOTOBAG. Tinha que encaixar alguma coisa no cadastramento aqui
533 envolvendo o SINDIMOTOBAG. O vereador Dr. Joãozinho diz: Mais alguém
534 tem alguma propositura? Alguém tem? Vou falar, então, a minha propositura em
535 relação a esse assunto porque esse artigo é uma armadilha para nós. Por que? Olha
536 só! Os serviços, vamos dividir eles em partes. Olha só! O serviço de mototáxi
537 destina-se ao atendimento de localidade que por suas condições viárias, as ruas,
538 topográficas, o morro, a lagoa, urbanas ou por qualquer outro motivo não estejam
539 adequadamente atendida pelos demais meios de transporte. Está certo? É claro
540 que não! Está dizendo que nós somos suplementar, que onde o ônibus for
541 belezinha nós não podemos ir. Está errado, nós temos que mudar isso aqui. Nós
542 temos que dizer que é para toda a cidade. Achar uma redação que diz assim: com
543 cobertura em todo o perímetro urbano e rural do município. É isso que nós
544 devemos dizer. Achar uma propositura. Por que? Porque do jeito que está posto
545 aqui está dizendo assim: que onde tiver ônibus legal, na Vila Santo Antônio que
546 é belezinha, na Cohab que é Belezinha, nós não podemos trabalhar. É isso que o
547 texto está dizendo. É essa uma leitura possível. Então, vamos pensar numa
548 redação coletivamente aqui. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Hein
549 doutor, é só suprimir aqui: por suas condições viárias, topográficas, urbanas ou
550 por qualquer outro motivo que não sejam adequadamente atendidas por outros
551 meios de transporte. Suprime tudo isso aí. Começa pelo por até o atendidas pelos
552 demais meios de transporte. Então seria: o serviço de mototáxi destina-se ao
553 atendimento de localidades urbanas e rurais de todo o perímetro urbano e rural do
554 município. O vereador Dr. Joãozinho diz: De todo o perímetro urbano e rural do
555 município. Ponto! E a gente pode trabalhar em tudo conter lugar dentro do
556 município. A gente não pode legislar para outro, mas para o nosso nós podemos.
557 Beleza? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Então ficaria: o serviço de
558 mototáxi destina-se ao atendimento de localidades de todo perímetro urbano e
559 rural do município de Barra do Garças. Seria assim, não é? O vereador Dr.
560 Joãozinho diz: Isso! O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Ótimo! E a
561 questão do cadastramento também seu puder fazer um adendo. O vereador Dr.
562 Joãozinho diz: Vamos agora para a questão do cadastramento. E será efetuado um
563 cadastramento, vírgula. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Cujas lista
564 será enviada pelo SINDIMOTOBAG. Pode ser assim? O vereador Dr. Joãozinho
565 diz: De finanças e no sindicato. Da secretaria e no sindicato. Eu sei desse problema
566 que a gente está vivenciando. Eu sei que algumas transferências foram feitas, tem
567 um casal que me procurou, não lembro, há muito tempo atrás, que já era para ter
568 feito há um ano e aí como já estava brecado lá na prefeitura por conta da
569 recomendação do Ministério Público, não pode transferir. Então, eu penso que a

570 gente tem que inclusive, só que a lei fala o seguinte: e cujo cadastro na secretaria
571 municipal de finanças. Na secretaria de finanças e no sindicato, que aí a gente faz
572 a composição dos dois. Beleza? Esteja em nome, o que é importante desse artigo?
573 É a data da publicação dessa lei. Quer dizer, vamos rever todos os cadastros na
574 data da publicação da lei e é esse que vai ficar. Beleza? Pois não! Perfeito, não
575 tudo bem. Vejam, o nosso sonho possível fosse era dizer assim: essa terra é nossa
576 e ninguém põe o pé. A gente não pode fazer isso, fazer assim: de Aragarças para
577 Aragarças, do Pontal para o Pontal, e aqui é nosso. Só que a gente não pode fazer
578 isso e também não pode legislar para o outro município. Por que? Porque se a
579 gente pegar essa lei da mobilidade, a gente vai ver que ela diz assim: os municípios
580 podem regularizar o serviço no âmbito do seu território. Então, a gente não tem
581 competência para legislar para outro município. Pode levar para outro município?
582 Pode! O município não pode impedir do mesmo jeito que nós não podemos.
583 Agora, ele pode fazer, que nós vamos acrescentar na nossa lei, o cara que vier
584 trazer alguém aqui a moto tem que estar adequada a nossa legislação aqui. Isso
585 nós vamos tentar incluir para pelo menos diminuir um pouco a penetração no
586 nosso mercado. Beleza? Um participante, não identificado, diz: Hein, só um
587 minutinho da palavra. O vereador Dr. Joãozinho diz: Pois não, desculpa! Um
588 participante, não identificado, diz: É sobre o direito de ir e vir, na constituição
589 prevê isso, não prevê não? O vereador Dr. Joãozinho diz: Prevê, por isso é que
590 nós não podemos impedir o cara de vir aqui. Mas, é aquela tal história, existe o
591 direito de ir e vir, mas ele não é incondicionado. Por exemplo, se eu quiser ir na
592 carroceria da caminhonete, eu posso? Não posso. Eu tenho direito de ir e vir, mas
593 eu tenho que ir. Se eu quiser ir no meu carro, que eu comprei e paguei à prestação,
594 sem o cinto de segurança, eu posso? Não posso. Então, o direito de ir e vir é
595 condicionado às exigências da lei. Beleza? Então, vamos lá. Um participante, não
596 identificado, diz: Joãozinho, outra dúvida que a gente tem sobre isso aí não é só
597 da pessoa vir aqui trazer, é ele vir trazer, depois vir buscar, levar de volta, ficar
598 aqui dentro rodando atrás de passageiro. Esse é um dos grandes problemas que a
599 gente tem aqui na cidade. O vereador Dr. Joãozinho diz: Esse é um problema que
600 nós vamos ter que nos unir e a gente tem que aprender a ser uma coisa que a gente
601 chama de bairrista. Esse é um problema muito mais de gestão. Por que? Como
602 que a gente pode enfrentar isso? A gente não está dizendo que o cara para
603 transportar aqui, a gente está dizendo que no âmbito aqui o cara para fazer o
604 transporte tem que preencher esses requisitos, e são aqueles trezentos. Então, do
605 cara vir aqui trazer e deixar e voltar não tem como impedir, mas dele fazer ponto,
606 pegar gente aqui, isso daí não pode. Por que? Só pra gente lembrar, o exercício de
607 todas as profissões são condicionadas. O doutor é advogado. O cara pode ter feito

608 direito na faculdade, não tem a carteirinha da OAB? Não! Então, não pode exercer
609 a profissão. Toda profissão é condicionada ao preenchimento dos requisitos
610 legais. Beleza? Isso é uma coisa pra gente ver. Eu sei da dificuldade da
611 fiscalização, mas esse é o ponto que a gente vai. Vamos lá. O terceiro é tranquilo,
612 não é? O serviço de mototáxi restringe-se ao transporte de um passageiro por vez,
613 remunerado mediante o pagamento de tarifa. Beleza? Depois nós vamos ver lá na
614 frente, porque e a minha carretinha? Vamos ver lá na frente. Parece fácil, mas não
615 é fácil. Vamos lá para o quarto: a prestação do serviço de mototáxi será por pontos
616 de paradas que serão permanecidos por decreto, inclusive a quantidade por ponto.
617 É, essa é uma questão também, vamos ver aqui o parágrafo único: o quantitativo
618 e a localização serão revistos sempre que necessário, podendo inclusive em
619 eventos ser criados pontos transitórios. O vereador Alex Matos diz: Hoje já
620 funciona assim, não é? Tem um ponto que é vinte, não é assim? Oito, dez e tal.
621 Aí se você chegou lá e está cheio, você tem que ir para outro. Então, já funciona.
622 O vereador Dr. Joãozinho diz: Já funciona assim? Está bom que funcione assim?
623 Está ótimo! Então, vamos embora. Da autorização para o mototaxista. A
624 autorização para prestação de serviço de mototáxi será concedida aos que
625 comprovarem o atendimento aos seguintes requisitos: ter completado 21 anos;
626 possuir habilitação por pelo menos dois anos na categoria; ser aprovado em curso
627 especializado nos termos da regulamentação nacional de trânsito. É o tal do
628 exame. O doutor tem uma propositura, não é doutor? O advogado do sindicato,
629 Herbert Penze, diz: Isso a gente até discutiu, ficaria a redação assim: ser aprovado
630 em curso especializado nos termos da regulação do Conselho Nacional de
631 Trânsito, o CONTRAN, desde que o curso seja oferecido pela administração
632 pública do Estado de Mato Grosso. Todo mundo concorda? O vereador Dr.
633 Joãozinho diz: Enquanto não tem nós estamos tocando o barco. O vereador Alex
634 Matos diz: Na verdade, por órgãos públicos, não só o Estado. O município pode
635 ofertar. O vereador Dr. Joãozinho diz: Beleza? Apresentar atestado, então a
636 redação doutor depois passa para a Edina. O senhor já tem essa redação, não é? O
637 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Na segunda-feira a gente vai
638 encaminhar uma minuta do sindicato também e a gente pode até sentar para
639 facilitar o trabalho de vocês. O vereador Dr. Joãozinho diz: É porque teria que ser
640 no primeiro horário pra gente já apresentar as emendas porque tem um horário.
641 Na verdade, é na sexta. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Sim,
642 segunda à tarde, duas horas da tarde a gente já vai trazer a minuta. O vereador Dr.
643 Joãozinho diz: Beleza, ótimo! Porque aí a gente já transforma em emenda ali e
644 depois apresenta para o dia. Oh, detalhe hein, não ser titular de outra autorização
645 de mototáxi. Esse é um problema que a gente sabe que existe. Mas, a autorização

646 é pessoal, personalíssima. É uma vaga, aquele que tiver lá. Se você tem duas e o
647 cara está trabalhando para você, se entenda com ele porque legalmente lá vai ser
648 cadastrado em nome de quem? No nome de quem está trabalhando. Certo?
649 Amanhã ninguém vai falar: ah, mas não me avisou. Eu venho avisando isso já há
650 bastante tempo. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Por isso que a
651 classe, o sindicato, já deve ter se organizado para não ter problema nenhum, para
652 os trezentos nomes já serem, o sindicato, a diretoria já se organizou, eu creio, para
653 está apresentando esses trezentos. E a questão depois a gente senta sindicato com
654 a assessoria para discutir essas questões que assim alternativas. A gente discute
655 posteriormente, depois de aprovar tudo certinho, não é doutor? O vereador Dr.
656 Joãozinho diz: Residir no município, beleza? O advogado do sindicato, Herbert
657 Penze, diz: Essa aqui o pessoal, questão de residir no município, o inciso oito e
658 sete foi discutido para ser suprimido. O vereador Dr. Joãozinho diz: Eu também
659 penso isso. Se o cara está numa peia danada e quer comprar uma casa lá no Pontal,
660 não pode? Pode! Se morar na Aragarças porque o aluguel é mais barato, por
661 qualquer razão que seja, porque a sogra é gente boa e deu uma casa lá no fundo.
662 Não pode? Eu também proponho que seja suprimido esse inciso aí. O advogado
663 do sindicato, Herbert Penze, diz: Tanto o inciso oitavo como essa questão do
664 inciso sétimo aí, que alguns companheiros do sindicato trabalham e também tem
665 outro trabalho. Não ter vínculo empregatício de nenhuma ordem. Essa questão
666 também foi colocada em pauta. Quero a opinião de vocês também em relação a
667 essa questão. O que vocês acham? Suprimir esse artigo? Tira fora, não é? Faz o
668 bico do mototáxi ou vice-versa. Um participante, não identificado, diz: Gente, é o
669 seguinte, eu acredito que é o seguinte, a pessoa pode sim ter vínculo empregatício
670 com outro, mas a renda é um aumento de renda, é um complemento de renda. Da
671 minha parte é totalmente fora. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz:
672 Vamos tirar fora, não é? Todo mundo concorda em tirar fora? Beleza! O vereador
673 Alex Matos diz: Se fosse licitação não podia tirar, mas como não é. O vereador
674 Dr. Joãozinho diz: É porque as vezes você tem uma aptidão, vamos supor, você
675 tem um vínculo de uma aptidão, o cara te pega um vínculo para você ir vacinar
676 vaca esses trinta dias porque está apertado na fazenda. Não pode? É claro que
677 pode. Então, acho que beleza. Suprimir então Edina, a proposta é suprimir esse aí.
678 Agora vamos para a parte ruim porque são deveres, mas vamos lá. São deveres
679 dos mototaxistas. Pois não! O vereador Alex Matos diz: Você falou uma coisa e
680 eu lembrei aqui uma coisa que ocorreu. Por exemplo, em um determinado
681 momento, Herbert, eu fui indicado a trabalhar em um cargo e aí como eu já era
682 funcionário público, já tinha uma carga horária de trinta horas, então foi feito um
683 processo, Neto, que falava o seguinte: há compatibilidade? É isso que a gente tem

684 que deixar ali no artigo pra gente não inviabilizar esse pedido de vocês. Então,
685 pode haver um outro vínculo empregatício? Sim, desde que haja compatibilidade
686 de tempo. Então, por exemplo, de repente você tem um contrato, o professor, ele
687 já tem dois contratos como professor, já trabalha sessenta horas por semana, é
688 incompatível. Por mais que ele fale: não, mas eu trabalho de madrugada e só
689 dorme uma hora por dia. Mas, aí tem que deixar amarradinho porque esse é um
690 artigo que pode ser contestado depois. Então, pode ter vínculo empregatício desde
691 que haja compatibilidade de tempo. Entendeu? Porque, por exemplo, você
692 trabalha trinta horas, quarenta horas semanais na carteira assinada, você poderá
693 trabalhar mais quatro horas por semana. Podia, não é João? Você poderá trabalhar
694 até seis horas numa loja. Não, eu trabalho das seis à meia-noite como mototáxi,
695 então você trabalha mais seis horas por dia. Tranquilo. Então, uma coisa que tem
696 que se atentar Herbert com relação a compatibilidade porque a ideia é essa, é fazer
697 fortalecer isso aí senão a própria justiça vai derrubar e aí fica ruim para todo
698 mundo. Entendeu? Então, a gente tem que ter o máximo cuidados dos detalhes. O
699 vereador Dr. Joãozinho diz: Beleza? Vamos seguir? Então vamos lá. São deveres
700 dos mototaxistas: obedecer às normas de trânsito, isso é evidente, bem como a
701 toda regulamentação incluindo o disposto nesta lei; portar documentação
702 necessária a prestação de serviço expedido pelo órgão competente. Eu não sei se
703 já existe essa exigência, é muito importante isso aqui que foi discussão,
704 propositura, é o crachá. Mas, espera aí, o crachá quem fornece é a prefeitura? Só
705 para eu saber. É o sindicato. Eu sou totalmente favorável à questão do sindicato,
706 a existência, o fortalecimento. Eu acho que as conquistas, quando a gente tenta
707 sozinho, as coisas são muito mais difíceis e tal. Só que existe um preceito
708 constitucional que diz, que a gente tem que entender a natureza do sindicato.
709 Alguém é obrigado a ser sindicalizado? Não. Entendeu? Então assim, o
710 documento aqui se refere a permissão, a autorização do município. Certo? Não é
711 o crachá. Isso foi conversado. Por que? A gente legisla para o futuro, a gente não
712 sabe o que vai acontecer. Amanhã ou depois você, eu não aconselho a fazer isso
713 de jeito nenhum, não estou dizendo para ninguém sair do sindicato, acho que tem
714 mais é que fortalecer o sindicato, a gente só é forte quando estamos os quinze
715 unidos, aí nós somos quase os “rimens”, separados a gente não é nada. Mas, estou
716 dizendo assim, se amanhã o cara fala: eu não estou no sindicato e porque o
717 sindicato não vai me dar o crachá eu não posso trabalhar? Pode, porque o
718 documento que está se exigindo ali é o do município. O advogado do sindicato,
719 Herbert Penze, diz: Eu concordo doutor com seu ponto de vista. Em relação a esse
720 inciso, ok. Aí talvez seria, pelo que foi passado pra gente, viável acrescentar um
721 inciso prevendo esse crachá, porque uma coisa não inviabiliza a outra. O senhor

722 não concorda comigo? Então, seria a questão da documentação necessária do
723 órgão competente da prefeitura, e eles propuseram porque relataram que estão
724 passando até porque parece que a polícia vem enchendo o saco de vocês em
725 relação a esse crachá aqui também. Está aqui o crachá de identificação com o
726 número da CNH, placa da moto, nome do condutor, número do colete e tiragem
727 sanguínea, que também é importante para a questão do pronto-socorro. Porque é
728 uma classe que se acidenta muito e às vezes não sabe seu tipo sanguíneo, já chega
729 lá e está no crachá. É uma coisa que vai dar um respaldo bacana aqui para a classe.
730 O vereador Alex Matos diz: Na verdade, o do poder público e continuar o do
731 sindicato, João. Sabe porquê? Porque veja bem, vai que alguém falsifique o do
732 poder público, porque ele não está, pelo menos consta no sindicato o nome dessa
733 pessoa, aí fala ele não é sindicalizado, mas o João está aqui e faz parte da lista dos
734 trezentos, é o João. Aí aparece o cara só com o crachá da prefeitura falsificado, se
735 não tiver um controle lá do sindicato de pelos menos saber que existe essa pessoa.
736 Exatamente! Questão de convênios e tal. O vereador Dr. Joãozinho diz: O
737 sindicato é a espinha dorsal da categoria. Eu não tenho a menor dúvida disso.
738 Então vamos seguir? Usar em serviço roupas condizentes com a função de
739 atendimento ao público. Esse é o tal do colete, não é? A gente podia especificar
740 ali, o colete, embora ali esteja falando das roupas. Não, mas ali embaixo já tem.
741 Usar em serviço roupas condizentes com a função de atendimento ao público,
742 ficando vedado o uso de camiseta, bermuda, chinelo, nem pode também. O
743 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: O colete é do CONTRAN mesmo.
744 Essa questão do fluorescente é o CONTRAN que prevê. No inciso debaixo está
745 prevendo. O vereador Dr. Joãozinho diz: Vestir colete de segurança, adotar
746 dispositivo retrorrefletivo nos termos da regulamentação do CONTRAN. Beleza?
747 Usar capacete com viseira. Colocar à disposição dos passageiros o mesmo tipo de
748 capacete para uso durante o transporte com o número da autorização. O advogado
749 do sindicato, Herbert Penze, diz: Da autorização impressa na parte posterior do
750 capacete do passageiro. O vereador Dr. Joãozinho diz: Isso nós já fazemos? Tudo
751 isso, não é? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Já! Esse inciso aí é
752 polêmico. O vereador Dr. Joãozinho diz: Muito polêmico, a touca descartável para
753 os passageiros. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Falaram que já
754 tentaram de tudo conter jeito, mas os passageiros não aceitam. Eles pediram que
755 fosse suprimido porque os passageiros nenhum aceitam essa touca. O vereador
756 Dr. Joãozinho diz: Da higiene. Então, vamos fazer um negócio assim, alguém quer
757 falar. Pode falar. Um participante, não identificado, diz: João, porque as mulheres,
758 a maioria são mulheres que às vezes lavam o cabelo e o capacete vai na cabeça de
759 muitas pessoas durante o dia. Às vezes a mulher já carrega as toucas delas nas

760 bolsas. Ela já manda a gente parar, já tira, a gente espera colocar a touca, aí a gente
761 transporta. Mas, elas já têm. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Essa
762 questão é um pouco complexa. O vereador Dr. Joãozinho diz? Vamos ler o que o
763 texto está dizendo? O texto nos dá a resposta, veja. Quando eu falei assim: eu vou
764 colocar uma em cada uma aqui e quem quiser pega, quem quiser leva, quem quiser
765 imprime, quem quiser leva para o ponto. Não foi assim que falei? É o que o texto
766 está falando. O texto não está dizendo para você entregar, que você tem que. Você
767 fala assim: tem uma, duas toquinhas aqui, compra e põe, você quer a touca?
768 Porque o texto está dizendo disponibilizar, não está dizendo que você só pode
769 transportar. Ele está dizendo para você disponibilizar, então você vai ter que ter
770 uma toquinha no bolso, duas toquinhas. Igual vocês estão dizendo que ninguém
771 quer, mas beleza, o texto está dizendo porque lá em cima na lei da mobilidade a
772 gente vê que uma das questões de regulamentar está também a questão da higiene,
773 segurança e higiene. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: A própria
774 regulamentação do CONTRAN, doutor, prevê isso aqui. Então, seria realmente
775 interessante, como é uma coisa opcional, deixar. O vereador Dr. Joãozinho diz:
776 Deixar pra gente ficar tranquilo. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Se
777 suprimir uma coisinha pequena dessa pode ser motivo de problema futuro. O
778 vereador Dr. Joãozinho diz: Beleza então? Vamos deixar sabendo que é
779 disponibilizar? Não sou obrigado a obrigar o cara: se você não pôr a touca, eu não
780 te levo. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Compra uma e deixa lá.
781 Oferece, se não quiser. Tranquilo isso aí. O vereador Dr. Joãozinho diz: Tratar o
782 passageiro com urbanidade e polidez, isso é natural nosso. Agora sim é um
783 problema sério, contratar seguro de acidentes pessoais em favor dos passageiros,
784 facultada a contratação coletiva. E aí? O advogado do sindicato, Herbert Penze,
785 diz: Esse inciso aqui, pelo que foi passado pra gente pela diretoria do sindicato,
786 realmente foi feita uma discussão e eles querem que seja suprimido. O vereador
787 Dr. Joãozinho diz: Eu vou dizer para suprimir, porquê? Porque todos nós sabemos,
788 nós pagamos um seguro para o passageiro. Não pagamos? Quando que a gente
789 paga? Quando a gente vai renovar o DPVAT, que é para essa finalidade. Então,
790 isso tornaria por demais oneroso a atividade. Por que? Porque na conta das
791 seguradoras o seguro nosso é muito mais caro do que qualquer outro. Por que?
792 Porque se você for pegar os índices de acidentes que acontecem de trânsito, a
793 maioria infelizmente acontece envolvendo moto. E quanto maior o índice de
794 acidentes, mais caro o preço do seguro. Então, tornaria inviável, não é? O vereador
795 Alex Matos diz: Poderia constar que esse seguro já é o DPVAT? O advogado do
796 sindicato, Herbert Penze, diz: É uma coisa que fica redundante, a carteira já é uma
797 coisa implícita, não é Alex? Acho que não seria necessário. O vereador Dr.

798 Joãozinho diz: É, a gente pode colocar, vou dar uma sugestão. Porque a gente sabe
799 que quando vai pagar o documento da gente nós podemos não pagar o DPVAT?
800 Podemos! Porque uma coisa é o licenciamento, outra coisa é o IPVA, e outra coisa
801 é o DPVAT. Então, a gente pode colocar assim, sugestão: manter o DPVAT em
802 dia. Beleza? O seguro obrigatório em dia. Manter o seguro obrigatório da moto
803 em dia. Quando vai pagar tem que pagar tudo. Porque aí está o dito pelo não dito.
804 Então, vamos ficar com essa redação: manter o seguro obrigatório da motocicleta
805 em dia. Beleza? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Vamos lá. Manter
806 o seguro obrigatório da motocicleta em dia. O vereador Dr. Joãozinho diz: Aí a
807 gente vai colocar assim, se alguém quiser para ficar bonitinho na lei: facultada a
808 contratação de seguros pessoais, facultada. O que quer dizer isso? Se você quiser
809 falar: vamos fazer nós cinco aqui pra gente pegar mais passageiros, a gente colocar
810 uma plaquinha nesse ponto todo mundo tem seguro pessoal. É uma faculdade, faz
811 quem quiser. Beleza? Pois não Konrad! O senhor Konrad Felipe diz: E para o
812 passageiro? O vereador Dr. Joãozinho diz: Para o passageiro é o seguro
813 obrigatório DPVAT. E facultado ao profissional mototáxi se ele quiser contratar
814 o seguro pessoal. Porque na verdade é uma coisa isso que eu sempre tive, na
815 verdade só pra gente saber isso. Isso é muito sério, o tamanho da nossa
816 responsabilidade. Está implícito, e o doutor sabe, no contrato de transporte a
817 obrigação de incolumidade do passageiro. Quando você põe o passageiro na sua
818 moto, isso é uma coisa que a gente precisa saber, o que acontece com ele é
819 responsabilidade nossa. E isso não precisa dizer porque está implícito na lei.
820 Então, agora nós não vamos trazer, penso. Se alguém quiser, por isso que estou
821 dizendo da questão da facultatividade do seguro. Por que? Porque senão a gente
822 vai tornar isso muito oneroso. Beleza? O advogado do sindicato, Herbert Penze,
823 diz: Doutor, aí uma sugestão de inciso nove, inciso dez, enfim, inciso onze, seria
824 também na questão de estar com a guia da previdência social devidamente
825 regularizada. Foi uma coisa que a diretoria passou pra gente. Acho que é uma
826 coisa benéfica para eles mesmos, a questão da previdência. Estar com a guia da
827 previdência social devidamente regularizada e isso para ter o devido amparo. O
828 vereador Dr. Joãozinho diz: Beleza? Tranquilo! Se é sugestão. O INSS,
829 acrescentar o novo inciso, não é? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: O
830 nono, décimo, onze, enfim, aí fica a critério mesmo e a gente discute isso depois.
831 O vereador Dr. Joãozinho diz: O senhor vai fazer isso na minuta, então? O
832 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Isso, vou trazer na minuta. O vereador
833 Dr. Joãozinho diz: Vamos lá. Recusar o transporte de passageiros que não queriam
834 usar capacete, lógico; passageiros com bagagem além da permitida; passageiros
835 com criança no colo ou criança com menos de sete anos. Aí lá embaixo ele vai

836 dizer o que é bagagem permitida: entende-se como bagagem permitida aquela
837 acondicionada em mochila ou sacola com alça e conduzida a tira colo do
838 passageiro, vedado o transporte de outros objetos. Pois não! É, ali tem, não tem?
839 Pegar um bêbado daquele que fica rebolando na moto e rabiando ela para cá e
840 para lá. O senhor Ronaldo diz: Meu nome é Ronaldo, trinta e quatro. A questão
841 do seguro, só voltando um pouco aí, ficaria mais viável para nós porque o seguro
842 dá direito a nós, que é o piloto da moto, e ao terceiro, que é o passageiro. Então,
843 o seguro vem cobrir os dois. Aí no caso depois vamos estar passando para vocês
844 direitinho o levantamento que o Américo fez, que ele dá parece o direito até
845 trezentos mil por pessoa, cobre cirurgia, tem um monte de coisa. Então, e o valor
846 dele seria bem mais em conta do que a previdência social. Aí no caso fica a critério
847 de cada um. Depois a gente vai estar discutindo sobre esse seguro. O vereador Dr.
848 Joãozinho diz: Por isso que a propositura é facultar a quem quiser contratar o
849 seguro, mas não obrigar a todos os que não queiram contratar o seguro. Beleza?
850 Por isso que é a proposta. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Exato.
851 Essa questão do seguro, só fazendo uma colocação, realmente pelo que o Américo
852 falou, esse facultado está dando toda liberdade para vocês. Mas, é uma coisa que
853 é um investimento bacana, seria um investimento bacana para vocês. Depois o
854 Américo vai está passando certinho. Não, está facultado. Se colocar obrigado
855 vincula. Mas, então, está tudo tranquilo para vocês. O vereador Dr. Joãozinho diz:
856 Facultado, beleza? É o sétimo já. As motocicletas a serem utilizadas, é outro
857 problema, na prestação do serviço de mototáxi, além de atender aos requisitos
858 estabelecidos na legislação federal, deverão apresentar as seguintes
859 características: primeiro, máximo de cinco anos de uso, podendo ser transferido o
860 veículo a qualquer época. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Essa é a
861 polêmica, não é doutor? Maior polêmica aqui. Qual seria a sugestão? O parágrafo
862 único já prevê a questão da vistoria ali se for dar uma olhada, então a gente estaria
863 colocando o inciso primeiro, deverão apresentar as seguintes características: que
864 o veículo esteja em bom estado de conservação. O senhor Felipe diz: Felipe.
865 Porque no artigo aqui já fala que o veículo tem que atender os requisitos da
866 legislação federal. Pelo o que eu li da legislação federal, lá não fala sobre a idade
867 da moto. Fala só sobre estado de conservação e dentro da vistoria do órgão. O
868 vereador Dr. Joãozinho diz: Perfeito! Essa semana eu tive essa conversa, não sei
869 se vocês sabem, mas nós estamos fazendo, só um ponto aqui nessa discussão,
870 tratando da renovação da concessão do transporte coletivo do ônibus. Venceu e a
871 gente está discutindo aqui, a Casa, a questão do edital, da lei que depois irá
872 orientar o edital. E essa discussão eu tive aqui. No Brasil, a gente sabe como são
873 feitas as leis, quisera aqui no Brasil as leis fossem feitas assim: a gente dialogando,

874 conversando. Claro, igual nós estávamos falando aqui, nem tudo a gente pode
875 atender. Mas, atender. Então, no Brasil, infelizmente, essa é a minha leitura, se
876 fazem leis para beneficiar determinados grupos. Então, por exemplo, eu já disse e
877 vou defender isso em relação ao ônibus, por que exigir cinco anos? Quem é o
878 grande favorecido quando você obriga a trocar uma frota com menor prazo
879 possível? Os fabricantes de automóvel, os grandes beneficiados em quase tudo
880 nesse país. A história da gente não ter trem e ter asfalto, que é caro, passa por essa
881 ideia lá em 1950. Então, eu concordo porque eu digo assim: a gente que se criou
882 em cima de uma moto, que fez faculdade indo de moto, sabe que uma moto,
883 primeiro, com cinco anos, sete ou oito, a diferença não é a idade, é o zelo que você
884 tem com a moto. Por que? Porque tudo na moto é renovável. Você pode ir lá agora
885 e trocar o amortecedor, a bengala, o pneu, a relação, você está com uma moto
886 nova, ou o banco. Então, eu também penso que isso é uma exigência. Eu também
887 penso que a gente pode aumentar esse prazo. Eu acho até que a gente pode
888 estabelecer um prazo: dez anos. Vamos atravessar dez anos e aí a gente vai
889 compor. Por que? Porque tipo assim, não dá para você comprar uma moto a cada
890 cinco anos, o dinheiro não sobra para isso. E alguém já falou isso, você vai lá e
891 vai financiar em 60 meses, seis vezes doze, cinco anos para você financiar. Quer
892 dizer, você acabou de pagar o financiamento aí danou-se porque agora a moto que
893 você pagou doze só vale três e você vai ter que comprar outra. Você vai viver
894 dando lucro para os caras de concessionária, trabalhando para eles. Então, dez
895 anos. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Doutor, o senhor não acha
896 viável essa questão de não colocar prazo? Porque essa questão que a gente viu não
897 há nenhuma legislação. Então, seria assim: que o veículo esteja em bom estado de
898 conservação. Que no parágrafo único. O vereador Dr. Joãozinho diz: Observado
899 as normas da resolução do CONTRAN. Perfeito! Por mim não tem problema. O
900 senhor Felipe diz: Foi o que acabei de falar porque aqui no próprio artigo diz sobre
901 atender os requisitos federal e na lei federal não exige ano de moto. Eu vou te dar
902 um exemplo claro, não é porque eu estou defendendo a minha, mas a minha moto
903 é de 2004, ela tem quatorze anos, tem moto de dois, três anos que não anda o que
904 a minha anda, não tem a conservação que a minha tem. O vereador Dr. Joãozinho
905 diz: Senão ficaria sem sentido a obrigatoriedade da vistoria. A vistoria é
906 exatamente para isso, para dizer olha beleza, está perfeita. O advogado do
907 sindicato, Herbert Penze, diz: Anualmente é feita uma vistoria. Um participante,
908 não identificado, diz: Para você vê como é a situação, todo mundo aqui sabe que
909 eu trabalhei quatorze anos na representante Honda de Barra do Garças. Toda vez
910 que eu chego lá, você pode ir lá agora, lá deve ter moto de 2018 fazendo garantia
911 da moto. E nós temos moto aqui do ano de noventa e nove, noventa e sete, rodando

912 melhor do que a de 2018. Então, por que colocar prazo se a moto está em perfeito
913 estado para estar rodando? O vereador Dr. Joãozinho diz: Perfeito! O advogado
914 do sindicato, Herbert Penze, diz: Então, vai ficar assim doutor, se a gente
915 concordar aqui: que o veículo esteja em bom estado de conservação nos termos
916 da resolução do CONTRAN. Perfeito? O vereador Dr. Joãozinho diz: Perfeito!
917 Eu acho que da legislação federal porque as vezes tem alguma outra coisa no
918 código de trânsito. Nos termos da legislação federal. O senhor Konrad Felipe diz:
919 Vereador, eu estou com uma dúvida aqui. Parece que existe para taxista um
920 desconto para compra de carro. Existe isso para mototaxista? O que dá para fazer?
921 O vereador Dr. Joãozinho diz: Inclusive eu já conversei com alguns, primeira
922 coisa que a gente tem que fazer, a lei federal exige que todos os carros de
923 transporte tenham placa vermelha. Segundo, eu já também andei me informando
924 sobre isso, nós vamos ter que sentar, já até falei, vamos ter que marcar uma
925 audiência, a diretoria com o secretário de finanças do município porque tem que
926 trocar o modelo de arrecadação, a nomenclatura. Vai ser a mesma coisa, mas tem
927 que trocar a nomenclatura. Lembra que a questão da nomenclatura permitiu que a
928 gente não precisasse licitar? É isso que a gente tem que fazer Konrad. Então, a
929 gente pode organizar isso, marcar uma audiência com o secretário de finanças do
930 município fazer essa modificação. Não é alvará o nome, é outro nome. Não tenho
931 o domínio dessa matéria, confesso. Mas, eu já andei também questionando isso e
932 a gente pode fazer para organizar isso aí. Beleza? Dá quase 30% o desconto,
933 também já vi isso. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: O inciso segundo
934 aí também. O vereador Dr. Joãozinho diz: Cada motocicleta deverá permanecer a
935 um mototáxi. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Volta lá doutor, por
936 favor. Está no oitavo já, vamos para o sétimo, inciso segundo. Inciso segundo do
937 sétimo porque o inciso segundo está totalmente confuso. O que fala? Fala que o
938 condutor deverá portar colete com alça metálica lateral na qual o passageiro possa
939 segurar-se. Isso não existe na resolução do CONTRAN. E imagina o cara com o
940 colete e com a alça para segurar, pega um bêbado e vai os dois para o chão, não
941 é? Então, seria o que? O condutor deverá portar motocicleta com alça metálica
942 traseira e lateral destinada ao apoio do passageiro, no qual já existe. Correto, não
943 é? O vereador Dr. Joãozinho diz: Sim! Beleza? É, porque se for uma mulher tudo
944 bom, e se for um negão? Eu pensei no índio também. Eu pensei no índio, ia falar
945 no índio. Eu pensei em mim. Bom, estamos aonde? Estamos no terceiro, não é?
946 Beleza então Herbert? Então, vamos lá. Identificação contendo a palavra mototáxi
947 e o número da autorização. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz:
948 Desculpa! Essa questão no inciso segundo aí também, cento e vinte e cinco
949 cilindradas ou acima. Foi uma sugestão, agora se todo mundo concordar, cento e

950 vinte e cinco a duzentos e cinquenta cilindradas. O Américo até falou que já
951 apareceu de seiscentos cilindradas de mototáxi. É meio esquisito, não é? Aí tinha
952 colocado de cento e vinte e cinco a duzentos e cinquenta cilindradas. Não sei se
953 todo mundo concorda aí. A trezentas? O vereador Dr. Joãozinho diz: Deixa eu
954 fazer um cenão aqui. A gente sabe que essas questões mercadológicas são
955 complicadas. Daqui um dia para diferenciar uma moto, a Honda lança uma moto
956 trezentas e não duzentos e cinquenta, com mesma potência, mas ela dá um nome,
957 e aí a gente amarrou a lei. Por isso, eu acho que a gente podia deixar. O advogado
958 do sindicato, Herbert Penze, diz: Aí é questão para discussão, é por isso que eu
959 coloquei para discussão. O vereador Dr. Joãozinho diz: É uma sugestão. Do jeito
960 que está. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Deixa aberto então? Se
961 todo mundo concordar beleza. Deixar aberto então. O vereador Dr. Joãozinho diz:
962 Beleza! Inciso quarto agora. Identificação contendo a palavra mototáxi e o
963 número da autorização. Isso já é usual, não é? Tem alguma coisa Herbert? O
964 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Não! O vereador Dr. Joãozinho diz:
965 Isolamento lateral do cano de descarga para evitar queimaduras ao passageiro. Já
966 tem. É daquelas que a resolução era cinco anos. O advogado do sindicato, Herbert
967 Penze, diz: O sexto também. O vereador Dr. Joãozinho diz: Todos os veículos
968 previstos nessa lei complementar devem contar com aparador de linha. Essas
969 coisas todas aí nos termos da resolução do CONTRAN. O advogado do sindicato,
970 Herbert Penze, diz: Isso aí não tem como fugir. Quem não estiver regular vai ter
971 que se adequar porque é letra de lei do CONTRAN. Não tem como isso aí. E quase
972 todo mundo já tem. Aí é da vistoria, o parágrafo único. Tranquilo também. O
973 vereador Dr. Joãozinho diz: A vistoria, anualmente o órgão competente efetuará
974 a vistoria de segurança veicular para verificar a satisfação de todos os requisitos
975 exigidos para os fins a que se destina a motocicleta. Beleza! Cada motocicleta
976 deverá permanecer a um mototaxista que será o titular da autorização. Nós vamos
977 ver lá na frente que tem a questão do preposto que vamos também debater aqui.
978 É vedada a publicidade do serviço de que trata esta lei complementar nos telefones
979 públicos, abrigos de ônibus, postes de iluminação pública, escolas, creches e
980 outros bens públicos. Problema, não? Não! Beleza. Faz o cartãozinho e entrega
981 para o cliente. A infração ao disposto no caput implicará na penalidade prevista
982 no artigo 163 do Código Penal Brasileiro e o disposto no Decreto regulamentar.
983 Beleza! A autorização para prestação de serviço de mototáxi, expedida
984 exclusivamente a pessoas naturais, tem natureza personalíssima e será outorgada
985 pelo Poder Executivo, aos que atenderem aos requisitos definidos na legislação
986 em vigor, ficando condicionada ao pagamento de taxas, conforme o Código
987 Tributário Municipal. Beleza, não é? O alvará ou aquele outro nome. Mesmo que

988 organizados em cooperativa, fica assegurado ao mototaxista o caráter individual
989 da autorização do município para prestação de serviço. O advogado do sindicato,
990 Herbert Penze, diz: Esse aí eles pediram para estar suprimindo essa questão da
991 cooperativa. E aí vai a questão da lei da mobilidade urbana que a gente até estava
992 discutindo segunda, entra aqui nesse artigo dez da autorização. O artigo dez,
993 sugestão do parágrafo primeiro seria: é permitida a transferência da outorga a
994 terceiros que atendam aos requisitos exigidos em legislação municipal. Seria a
995 sugestão de parágrafo primeiro. Aí no parágrafo segundo entra a questão talvez
996 da gente está adequando no preposto ali. O vereador Dr. Joãozinho diz: Mas tem
997 um parágrafo já que fala da transferência. O advogado do sindicato, Herbert
998 Penze, diz: Na lei da mobilidade urbana, na qual a gente estava discutindo, tem.
999 A gente copiou igualzinho, só que não tem na lei. O vereador Dr. Joãozinho diz:
1000 Essa aqui não tem? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Não! Você vai
1001 ver que no artigo onze fala que fica vedada a transferência a qualquer título. O
1002 vereador Dr. Joãozinho diz: Então, temos que mudar o artigo onze. O advogado
1003 do sindicato, Herbert Penze, diz: Pode ser então. O vereador Dr. Joãozinho diz:
1004 Vamos mudar nele, vamos chegar nele. O advogado do sindicato, Herbert Penze,
1005 diz: Porque fala da renovação no artigo onze e eu acho que seria interessante
1006 colocar na própria autorização mesmo, porque no dez fala, aí no onze fala que é
1007 vedada a transferência. Então, da autorização, no artigo dez fala da autorização,
1008 seria o parágrafo primeiro falando da questão da transferência. O vereador Dr.
1009 Joãozinho diz: Fica assegurado ao mototaxista o caráter individual da autorização
1010 do município para a prestação do serviço. Deixa eu falar um negócio dessa
1011 questão aqui porque eu penso o seguinte, eu sei que existe muita resistência da
1012 categoria, eu vi isso, conversei com muita gente, em relação a cooperativa. Só que
1013 diz um ditado popular que só não muda de opinião quem morreu. E o que o artigo
1014 está dizendo ali? Ele só está assegurando que amanhã, mesmo que tenha uma
1015 cooperativa, que vocês resolvam criar uma cooperativa dos mototaxistas, mesmo
1016 assim isso não altera em nada a permissão. A vida da cooperativa não tem nada a
1017 ver com a sua permissão. A permissão é sua ainda que exista uma cooperativa. Só
1018 isso que está dizendo. Então, eu acho que fechar portas não é interessante. Eu
1019 sempre digo, vocês podem algum dia decidir por uma cooperativa, então se algum
1020 dia decidirem, isso não altera em nada a questão da permissão. A permissão é
1021 individual, é sua. A cooperativa não tem direito de ir lá e mudar, pegar sua
1022 concessão e negociar, enfim. Um participante, não identificado, diz: Eu já passei
1023 por umas duas ou três cooperativas. Só que eu participei de reunião da cooperativa
1024 aqui também. Aí aqui fala só em ação. As vagas nós não somos donos das vagas.
1025 A vagas são da cooperativa, não nossa. Então, eu concordaria assim, se essa vaga,

1026 uma comparação, igual a quatorze mil valesse quatorze ação. Não as vagas serem
1027 da cooperativa. Tinha que funcionar como ação. O vereador Dr. Joãozinho diz:
1028 Vou voltar a explicar de novo pra gente. Não tem problema, nós temos tempo.
1029 Vou voltar a explicar de novo. O que o artigo está dizendo ali é que a vaga é sua.
1030 A questão da cooperativa a gente tem experiências muito ruins. Mas, essa semana
1031 quem assiste o jornal da manhã da Globo viu uma cooperativa lá no Rio Grande
1032 do Sul que os caras estavam distribuindo dividendo. Tinha cara que estava
1033 pegando trinta e cinco mil, quarenta mil, sessenta mil. Então, existem exemplos
1034 de cooperativas que são sucesso? Existem! E existem cooperativas que são
1035 fracassadas. Mas, o que importa para nós é assim, o artigo ali não está falando
1036 nada que vai criar cooperativa, ele está assegurando que mesmo que vocês
1037 resolvam criar uma cooperativa essa é uma questão de vocês, mas que isso não
1038 interfere em nada com relação a vaga. Permanece sua a permissão, vai ser sua,
1039 como diz lá atrás, ela é personalíssima. Beleza? Se vocês quiserem suprimir,
1040 beleza. Mas, não vejo porquê. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Seria
1041 uma sugestão do parágrafo segundo que eu acredito que encaixaria bacana aqui
1042 no artigo dez, que fala da autorização e as nuances da autorização para poder
1043 transferir, a questão do preposto. Porque o artigo onze fala em renovação, não
1044 encaixaria a questão da transferência, pelo menos ao meu ver. O senhor concorda?
1045 O vereador Dr. Joãozinho diz: Quando o mototaxista autorizado acidentar-se e
1046 ficar impedido de exercer, acidentar-se e ficar impedido de exercer a sua função,
1047 poderá ser substituído mediante a apresentação de atestado médico comprovando
1048 a sua incapacidade durante a vigência de sua autorização. O advogado do
1049 sindicato, Herbert Penze, diz: Aí a gente colocou aqui já, eles vão fazer exercício
1050 aqui em conjunto porque esse é o mais complicado. Acidentar-se ou estiver no
1051 gozo de suas férias, também seria uma questão bacana. E como que a gente ia
1052 comprovar o gozo das férias? Algum documento do próprio sindicato, alguma
1053 coisa assim. O vereador Dr. Joãozinho diz: Eu acho que para as férias, que eu
1054 também já tinha essa preocupação há muito tempo, eu penso que para as férias
1055 nós vamos criar um dispositivo exclusivo, primeiro assegurando o gozo de férias.
1056 O mototaxista como todo profissional nesse país tem direito a férias de trinta dias
1057 e aí a gente põe um parágrafo único. No período de férias, a sugestão que o doutor
1058 está falando, ele poderá fazer-se substituir também. Não, não é transferência, é só
1059 substituição só naquele período. Por que? Porque a vaga lá vai continuar dele. Ele
1060 vai simplesmente autorizar alguém, que naquele período de férias esse alguém vai
1061 trabalhar por ele. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Seria uma forma
1062 de aluguel nas férias, na linguagem. Seria uma possibilidade. O vereador Dr.
1063 Joãozinho diz: É, a gente sabe que acontece isso. Não, quero alugar minha moto,

1064 eu quero entrar de férias. Só que vai ter que estabelecer o prazo de trinta dias,
1065 mais de doze meses. Quer dizer, você só vai poder entrar de férias, senão o cara
1066 entra de férias a cada três meses e aluga a moto. O advogado do sindicato, Herbert
1067 Penze, diz: Entendi, no estatuto do sindicato, não é? O vereador Dr. Joãozinho
1068 diz: A gente tem que saber assim, uma coisa que é muito interessante. Fala
1069 primeiro. Um participante, não identificado, diz: Colegas, é o seguinte, sabendo
1070 aí o seguinte, se a gente sair de férias, aquela pessoa que vai ficar com o nosso
1071 colete vai ter que ter alguém passando um comunicado para a prefeitura, teria que
1072 ser o sindicato. Por que? No momento em que você está de folga o seu colete vai
1073 estar trabalhando. Então, aquela pessoa que está com seu colete é responsável por
1074 aquela situação. Se acontecer um acidente, como já está dizendo lá atrás, ele
1075 desacatar um dos nossos clientes, alguns dos nossos passageiros, então ele é
1076 responsável por responder. Não nós que estamos de férias. Então, alguém tem que
1077 ser responsável por isso. Não, isso é de pessoa para pessoa. Mas, isso é de pessoa
1078 para pessoa, seu pensamento é um e tem gente que tem outro. O vereador Dr.
1079 Joãozinho diz: Beleza. Então, vamos lá porque vamos abrir depois um artigo
1080 exclusivo para essa questão das férias para regulamentar. Se a gente for
1081 antecipando antes de chegar a hora, a gente vai melando tudo. Vamos levando do
1082 jeito que a gente vai levando. Está pra frente pra gente seguindo mais ou menos.
1083 O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Então, ficou assim: a gente vai ter
1084 uma disposição somente para as férias. O vereador Dr. Joãozinho diz: Somente
1085 para as férias. Beleza? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Beleza! Aí
1086 seria doutor bacana, como a gente já leu lá na frente. O vereador Dr. Joãozinho
1087 diz: Vamos fazer uma sugestão aqui, quando o mototaxista autorizado acidentarse
1088 e ficar impedido de exercer suas funções, poderá ser substituído mediante
1089 apresentação de atestado médico comprovando a sua incapacidade, durante a
1090 vigência de sua autorização. Beleza! É importante pensar aqui que, às vezes, por
1091 uma infelicidade isso aqui nós podemos está falando de seis meses, um ano. Por
1092 que? Às vezes o cara fraturou e ficou seis meses. Então, a gente podia acrescentar
1093 assim, só um vírgula, assumindo o substituto todas as responsabilidades perante a
1094 administração e os passageiros. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: E
1095 seria o mesmo modelo para as férias depois. Ótimo! O vereador Dr. Joãozinho
1096 diz: Beleza? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Então, seria assumindo
1097 a todas as responsabilidades. Um participante, não identificado, diz: E também
1098 talvez deveria colocar um prazo mínimo do atestado ou do aluguel, porque talvez
1099 se deixar desse jeito uma pessoa vai lá acidenta, pega um atestado de quinze dias
1100 e a lei vai autorizar ele alugar a vaga dele por quinze dias, dez dias, por doze,
1101 dependendo do tanto de dia de atestado que ele pegar. Então, talvez teria que ter

1102 um prazo mínimo. O vereador Dr. Joãozinho diz: É porque na verdade, vamos
1103 falar um negócio aqui. O vereador Zé Gota diz: Não vai ter um prazo, tipo no
1104 mínimo um mês? O vereador Dr. Joãozinho diz: É porque na verdade é assim, a
1105 ideia, não seria interessante a gente delimitar um prazo porque o prazo seria o do
1106 atestado. E vejam bem, não existe aqui a questão do aluguel. Isso é você quem vai
1107 fazer. Só está dizendo que está autorizando você a substituir. O combinado é você
1108 e o cara. Beleza? Está dizendo que está autorizado, por que? Pra você chegar lá
1109 na prefeitura amanhã e falar assim: estou acidentado. Aí o cara fala assim: não
1110 pode. Não, pode, a lei me autoriza, está aqui o atestado. Bom, se há um impasse,
1111 como que a gente, porque se há duas opiniões divergentes, democracia é isso,
1112 como que a gente decide? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Votando.
1113 O vereador Dr. Joãozinho diz: A maioria. Um participante, não identificado, diz:
1114 Ninguém vai alugar uma vaga por menos de trinta dias. O cara lá no sindicato, ele
1115 vai pagar o sindicato, vai pagar na prefeitura, então ele vai gerar uma despesa para
1116 poder trabalhar menos de trinta dias. Não vai, não existe. O vereador Dr.
1117 Joãozinho diz: Bom, a pergunta é, ele está propondo de nós estabelecermos um
1118 prazo mínimo. Quer dizer, se eu acidentei e vou ficar só doze dias, mas aí eu só
1119 posso fazer, eu penso que é assim que ele está dizendo, por um prazo mínimo,
1120 trinta dias por exemplo, não posso pedir o substituto por menos que isso. Essa é a
1121 propositura. Um participante, não identificado, diz: Mas, toda vez que pega um
1122 atestado vem a quantia de dias, acima de trinta dias. O vereador Dr. Joãozinho
1123 diz: Não sei. Um participante, não identificado, diz: É, o sindicato tem que ver
1124 acima de trinta dias que vai alugar, menos de trinta dias não compensa. O vereador
1125 Dr. Joãozinho diz: É isso que ele está dizendo. Bom, essa é a sua posição. Então,
1126 vamos decidir, votar, senão a gente não anda. Nós vamos estabelecer um prazo
1127 mínimo, sim ou não? Sim? Só sim levanta a mão, para ter um prazo mínimo na
1128 lei. Não? Gente a pergunta é assim, a propositura é assim: nós vamos estabelecer
1129 um prazo mínimo? Aí a gente põe lá mínimo de trinta dias. Ou não? Não é assim:
1130 é o prazo que o atestado disser, por exemplo, quinze dias, vinte dias. O advogado
1131 do sindicato, Herbert Penze, diz: Vamos resumir doutor. Quem quer que seja pelo
1132 mínimo de trinta dias levanta a mão? Um participante, não identificado, diz: Até
1133 porque já é de trinta dias o mínimo. Já é trinta dias. O vereador Dr. Joãozinho diz:
1134 Trinta dias? Então vamos lá. Está proposto, está proposto. O vereador Zé Gota
1135 diz: Pessoal, só rapidinho. Quem é Vilson Balduino? Perdeu uma carteirinha lá
1136 embaixo. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Então, vai ficar: quando
1137 o mototaxista autorizado acidentar-se e ficar impedido de exercer suas funções,
1138 poderá ser substituído mediante apresentação de atestado médico por um período
1139 mínimo de trinta dias, beleza, comprovando a sua incapacidade durante a vigência

1140 de sua autorização, assumindo todas as responsabilidades perante a administração
1141 pública e o passageiro. O vereador Dr. Joãozinho diz: Assumindo o substituto
1142 todas as responsabilidades. Beleza? Agora nós estamos falando de outra coisa, lá
1143 no começo nós falamos de uma coisa, agora vamos falar de outra. A autorização
1144 para prestação de serviço de mototáxi deverá ser renovada anualmente, sendo
1145 necessária a comprovação do atendimento de todos os requisitos, vedada a sua
1146 transferência a qualquer título. Aqui que é o grosso da questão nossa. A gente
1147 precisa alterar isso aqui. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Aí já tira
1148 vedada a sua transferência a qualquer título e o resto está tranquilo, mantém. O
1149 vereador Dr. Joãozinho diz: A autorização para prestação de serviço de mototáxi
1150 deverá ser renovada. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: O anualmente
1151 também tira. O vereador Dr. Joãozinho diz: Tira. Deverá ser renovada. O
1152 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Pelo prazo de cinco anos. O vereador
1153 Dr. Joãozinho diz: Deverá ser renovada pelo prazo, vencida a vigência da outorga,
1154 não é? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Isso! O vereador Dr.
1155 Joãozinho diz: A autorização deverá ser renovada vencida a vigência da outorga,
1156 quer dizer, cinco anos, sendo necessária a comprovação de atendimento de todos
1157 os requisitos, nós já dissemos isso. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz:
1158 Repete esse artigo, por favor. Então, como ficou: A autorização para prestação do
1159 serviço de mototáxi. O vereador Dr. Joãozinho diz: Deverá ser renovada vencida
1160 a outorga. Vencida a outorga porque a gente está dizendo que a outorga é por
1161 cinco anos. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Cinco renovável por
1162 mais cinco. Beleza. O vereador Dr. Joãozinho diz: Sendo necessária a
1163 comprovação de atendimento de todos os requisitos. Eu acho que a gente podia
1164 fazer uma sacanagem, não é, pra gente não cair. Autorizada a transferência nos
1165 termos do artigo tal da lei de mobilidade urbana. Beleza? O advogado do
1166 sindicato, Herbert Penze, diz: Exatamente! Eu tinha feito até um parágrafo
1167 naquela questão da autorização porque eu tinha colocado assim: é permitido a
1168 transferência da outorga a terceiros que atendam aos requisitos exigidos na
1169 legislação municipal, conforme disposto na lei de mobilidade urbana. Mas, pode
1170 ser aí também. Um participante, não identificado, diz: Doutor João, só um minuto.
1171 Sobre a questão dos alugueis, o mototáxi machuca e quebra uma perna, aí ele
1172 arruma um pra substituir ele, aí ele pega o encaminhamento para alugar a vaga,
1173 chega lá a placa da moto dele é branca, não é vermelha. Tem como a prefeitura
1174 dar uma autorização pra ele pôr uma placa vermelha para trabalhar com minha
1175 vaga? Porque não pode trabalhar com a placa cinza, tem que trabalhar com a placa
1176 vermelha. Ou tem que alugar com uma moto que está cadastrada? Qual é esse
1177 sistema? Porque ele não vai achar muitos alugadores que tem placa vermelha. Às

1178 vezes eu machuco hoje e vou ficar, como o senhor falou, seis meses. A prefeitura
1179 tem como dar uma autorização pra ele pôr uma placa vermelha? Porque o alvará
1180 não está no nome dele, está no meu nome. O vereador Dr. Joãozinho diz: Porque
1181 as vezes acidentou e a moto estragou também. Um participante, não identificado,
1182 diz: João. Eu acredito o seguinte, gente, que o nosso colete é ligado a placa da
1183 moto. No momento em que você locar sua vaga, você está locando sua moto. Ela
1184 tem que ser ligada ao colete. Claro que é. Você não está locando? Você está
1185 locando. Então, eu vou colocar uma placa vermelha na minha moto só para alugar
1186 e ficar por um mês. O vereador Zé Gota diz: Só um minutinho gente. Um
1187 participante, não identificado, diz: Doutor, eu entendo a colocação do colega ali
1188 atrás porque no meu caso eu comprei a vaga e fui pôr a placa na minha moto, não
1189 consegui pôr vermelha porque o alvará não está no meu nome. No caso dos
1190 alugueis, muitos colegas são de alugueis, não teria como, talvez até o doutor já
1191 pensou nisso, a prefeitura emitir uma autorização para os alugueis para colocar a
1192 placa vermelha? Porque é igual o colega falou, não vai achar todos que alugam
1193 vaga que tem placa vermelha e não consegue colocar placa vermelha porque não
1194 tem o alvará no nome. Essa é a dúvida. Um participante, não identificado, diz: É
1195 porque pra você pôr a placa vermelha no seu nome tem que ir lá no DETRAN,
1196 pagar o documento, pagar a vistoria, levar o alvará com ele no seu nome. Ou seja,
1197 quando eu for, se alguém for alugar a minha vaga, eu vou ter que transferir para o
1198 nome dele certinho pra ele pôr a placa vermelha, para depois ele começar a
1199 trabalhar. E isso não é rápido, não é simples assim, não é fácil. O advogado do
1200 sindicato, Herbert Penze, diz: Eu entendi. É porque essa é uma questão
1201 complicada. O doutor João vai estar conversando aqui também a respeito. O
1202 vereador Dr. Joãozinho diz: É até fácil resolver, eu penso. O problema é assim. O
1203 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Porque a gente nem entrou na questão
1204 do aluguel ainda. Porque está implícito a questão do aluguel. A gente nem entrou
1205 ainda. O vereador Dr. Joãozinho diz: Fala Rogerinho. É. Não, cada caso é um
1206 caso. Mas, eu vou dizer como, isso aí é fácil de resolver, eu só estou pensando
1207 aqui, eu imagino que é fácil de resolver. Vamos pôr um dispositivo ali na lei
1208 dizendo assim, por que? Primeiro eu vou dizer uma coisa, a gente sabe que se
1209 você for ceder a moto, a vaga, só por trinta dias, não compensa o cara trocar a
1210 placa de uma moto de branca para vermelha para trabalhar trinta dias. Não vai
1211 compensar, a gente sabe disso. Mas, realmente existe essa hipótese de você se
1212 acidentar com a moto e aí a moto não pode trabalhar ou alguma coisa assim.
1213 Então, como é que a gente faz nisso? Vamos colocar um dispositivo dizendo
1214 assim: nos casos em que a substituição se der por mais de noventa dias, a
1215 prefeitura, a administração, ficará autorizada a emitir um cadastro provisório pelo

1216 tempo de duração da substituição. Aí você pega o cadastro provisório por seis
1217 meses, que não é seu, é do cara, vai lá com o cadastro provisório e faz a alteração.
1218 Beleza? Pode ser? Vamos colocar. Gente, é cansativo? É! Mas, é a oportunidade
1219 que a gente tem de discutir com quem entende do negócio. Um participante, não
1220 identificado, diz: Beleza, deixa só eu colocar uma coisa aqui porque eu penso o
1221 seguinte. Por exemplo, nós estamos tendo, não é um problema, acho que a polícia
1222 está ali pra ver quem está andando errado e quem está andando certo, a PRF está
1223 toda hora, a Ministro João Alberto virou a máquina da multa na Barra. Certo? Aí
1224 você pega uma moto no seu nome, você vai alugar o colete seu e a moto para o
1225 cara. Você que anda com sua moto, você vai alugar para o cara para tomar uma
1226 multa aí de qualquer hora. Ninguém vai fazer isso. Então, eu acho que essa
1227 questão de alugar a moto e o colete é inviável. Acho que a gente não tem nem que
1228 debater isso. Se o cara quer alugar, aluga a vaga. A moto é individual, eu penso
1229 assim. O vereador Dr. Joãozinho diz: É uma opinião. Gente, então vamos
1230 prosseguir. Beleza? Então, vamos lá. O advogado do sindicato, Herbert Penze,
1231 diz: Então ficou: nos casos em que a substituição for superior a noventa dias ficará
1232 autorizado o cadastramento provisório do substituto perante a administração
1233 pública municipal. Mais ou menos assim. O vereador Dr. Joãozinho diz: A
1234 emissão de alvará em nome do substituto pra que ele possa. O advogado do
1235 sindicato, Herbert Penze, diz: Será autorizado o cadastramento provisório com a
1236 respectiva emissão do alvará. O vereador Dr. Joãozinho diz: E aí tem outro
1237 dispositivo pra gente colocar. Bom, a questão da transferência já está resolvida,
1238 não precisa mais olhar nisso, não é? Parágrafo único: constatado que o condutor,
1239 durante a vigência de sua autorização, infringir os dispositivos da presente lei,
1240 bem como do decreto regulamentador por mais de três vezes, além do pagamento
1241 das multas regulamentares, será penalizado com outra multa na renovação de sua
1242 autorização. Tira o anual, não é? Persistindo nas infrações terá sua licença cassada
1243 após o trâmite de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla
1244 defesa. Alguém tem alguma coisa sobre isso aí a contrapor? É aquela
1245 possibilidade da cassação, penalização porque o cara está infringindo e tal.
1246 Beleza? Sem problemas, então vamos embora. O advogado do sindicato, Herbert
1247 Penze, diz: Aí tem a questão, doutor, só fazendo aqui uma reflexão, do próprio
1248 estatuto do sindicato. Aí não sei, acredito que não teria cabimento entrar aqui,
1249 porque o próprio sindicato tem suas sanções em caso de penalidades. Como é que
1250 funciona Marafa? O vereador Dr. Joãozinho diz: Veja bem, deixa eu explicar essa
1251 questão aqui pra gente entender. Eu tenho direito de escolher a mulher com quem
1252 vou casar. Certo? E a gente escolhe a mulher e cada mulher tem uma regra, não
1253 é? Tem aquela mulher que a regra é domingo ir na igreja. Tem a mulher que a

1254 regra é ir no palácio todo final de semana, senão o casamento acabou. Aí você
1255 escolhe com qual das mulheres você quer casar, mas essa é uma regra entre você
1256 e ela. Essa regra não obriga a todos. Isso é um pensamento analógico pra gente
1257 explicar a condição do sindicato. Se você aceitou estar sindicalizado, o sindicato
1258 é uma relação entre você e o sindicato. Quando a gente aceitou o casamento com
1259 a mulher, os dois aceitam as regras. Quando a gente aceita ser sindicalizado, a
1260 gente aceita a regra do sindicato, só que a regra do sindicato não se sobrepõe
1261 nessa. São regras distintas. Essa aqui é uma regra do município com o prestador
1262 de serviço. A regra do sindicato é uma outra regra que você também está obrigado
1263 a cumprir, mas é outra relação. Beleza? Tanto que para você, só repetindo,
1264 dizendo de novo o que não quero, mas você pode ou não se associar, mas aqui
1265 você só pode trabalhar se você estiver sujeito a todas essas regras. Beleza? Só pra
1266 gente entender então. Vamos embora. Extingue-se a autorização: caso a
1267 autorização não seja renovada até o dia dez do mês subsequente ao vencimento
1268 da mesma. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: O pessoal pediu uma
1269 dilação de prazo aí, do dia dez estão achando muito curto. Esse dia dez do mês
1270 subsequente. Sugeriram até o dia trinta do mês. Foi a sugestão que a diretoria me
1271 passou. O prazo está muito curto. Mas, aí é uma questão de opinião. O vereador
1272 Dr. Joãozinho diz: Então até trinta dias após o vencimento. O advogado do
1273 sindicato, Herbert Penze, diz: Isso, até trinta dias. O vereador Dr. Joãozinho diz:
1274 Beleza? Lembrando que isso é depois dos cinco anos. Nós estamos falando de
1275 renovação, depois de cinco anos. Claro que você sabe que sua renovação está
1276 vencendo, você não vai esperar, você vai correr lá antes. Mas, você tem até trinta
1277 dias pra fazer isso. É renovação, é cinco anos. Beleza? Vamos lá. Pelo falecimento
1278 do titular, está certo? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Não, suprimi.
1279 A gente vai pedir pela supressão dessa parte. Em caso de falecimento do
1280 outorgado, o direito de exploração do serviço será transferido aos seus sucessores
1281 legítimos nos termos do artigo 1829 e seguintes do Código Civil. O vereador Dr.
1282 Joãozinho diz? Do Código Civil e da Lei de Mobilidade também, que também
1283 prevê que a vaga do taxista é transferível para os herdeiros legais nos termos da
1284 lei. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Depois acho que seria
1285 interessante encaixar naquela parte da autorização no artigo dez. O vereador Dr.
1286 Joãozinho diz: Mas, aí a gente já está combinado que se, Deus me livre, alguém
1287 falecer. Mas, vai morrer, não é? Tomara que demore muito e que a gente daqui a
1288 cinco anos esteja aqui de novo. Vamos lá. Pelo não atendimento a qualquer dos
1289 deveres, constatado pela autoridade municipal, de ofício, a requerimento de
1290 usuário do serviço, assegurada ampla defesa ao detentor da autorização. Isso aqui
1291 é aquela história, se o cara for lá e fizer uma reclamação sua, isso pode fazer com

1292 que você perca a vaga. Mas, vai ter um processo onde você vai poder se defender,
1293 justificar, falar: não, não era eu. Era outro e tal. É isso que está dizendo. Beleza?
1294 Quando comprovado, em processo judicial, a utilização do veículo, com o
1295 consentimento do condutor, para praticar, facilitar ou encobrir ato criminoso. É
1296 aquela história, não é? Primeiro, olha só, tem que ter um processo judicial. Essa
1297 história aqui está dizendo assim mais ou menos: se você carregar um vendedor de
1298 droga na moto e você souber e fazer uma parceria com ele, vai te tomar; se o cara
1299 matou um outro e você fala: sobe aqui que eu vou te carregar, vai tomar. Essas
1300 coisas aí, mas isso tem que estar comprovado judicialmente, tem que ter tido um
1301 processo lá fórum, você tem que ter sido condenado naquele processo, porque dar
1302 fuga para criminoso é crime, se associar ao traficante é tráfico também. Então,
1303 essa a hipótese. Pois não! Bom, a questão do preposto vou passar aqui para o
1304 doutor porque ele já conversou, e colher o que a gente vai ver em relação a esse
1305 preposto. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Pois é, pelo o que vocês
1306 perceberam a gente finalizou quase tudo do jeito que vocês querem e a questão
1307 agora preponderante seria a questão do preposto. Como vocês podem perceber
1308 não há nenhuma regulamentação na lei em relação ao preposto. A questão da
1309 transferência já foi colocada no parágrafo. Foi também ratificado no artigo
1310 seguinte. Então, a gente vai ter que criar um artigo, criar até uma seção para ver a
1311 questão do aluguel da preposição da vaga. Aí é onde vai ser a maior discussão.
1312 Qual seria, eu queria ouvir também primeiro. Essa questão eu e o doutor
1313 conversamos e até nós mesmos tivemos dificuldades nessa questão, porque é uma
1314 questão complexa. Então, eu gostaria de alguma sugestão pra gente estar
1315 amarrando essa questão do preposto, do aluguel da vaga. O próprio doutor João
1316 já tem um dispositivo aqui, deixa eu achar, que ficou bacana, a questão de assumir
1317 todas as responsabilidades, já tem que ser uma coisa vinculada, conforme nosso
1318 amigo também falou, perante a administração pública e ao passageiro. O preposto
1319 vai também ter que se adequar a toda a regulamentação do CONTRAN, a toda
1320 legislação. Agora é a questão mesmo de como vai ser feito essa questão do
1321 aluguel. Agora é a questão mesmo com vocês, o que vocês tem a falar pra gente
1322 amarrar, criar um artigo aqui para o preposto, o aluguel. Vamos Marafa, fala o
1323 que você acha para nós. O senhor Marafa, presidente do SINDIMOTOBAG, diz:
1324 Sobre o preposto, o que tenho já em mente seria em caso de acidente e, vamos
1325 dizer, se o cara vai alugar uma vaga, ele tem que ter todos os requisitos de nós que
1326 já estamos no serviço. Ter a placa vermelha, corta pipa, ter tudo o que já exige a
1327 lei. E aí a vaga tem que ser transferida pra ele ou no caso, o doutor colocou aí, ter
1328 o alvará provisório, mais ou menos isso, não é doutor? Pra poder ficar sempre
1329 regulamentado para não estar esse problema que nós estamos hoje. Hoje nós

1330 vivemos esse problema maior aí é porque as nossas motos não estão totalmente
1331 regularizadas. Então, o preposto é muito importante? É! Mas, ele tem que atender
1332 todos os requisitos que nós, na atualidade nas nossas motos, já temos. É porque é
1333 assim doutor. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Do tempo de aluguel,
1334 você tem alguma coisa em mente? Porque se for alugar, vai alugar por dois anos,
1335 três anos, tem que ver. Às vezes seria interessante amarrar. O vereador Dr.
1336 Joãozinho diz: É uma sugestão, eu faço uma ressalva nessa questão aqui. O
1337 instituto da vaga, da permissão, não pode ser descaracterizado. Se eu digo que vou
1338 ceder para um preposto por um ano, dois anos, três anos, alguma coisa nesse
1339 sentido, eu estou descaracterizando a figura da autorização. Então, a gente tem
1340 que ter cautela com isso pra gente, no avante de ajeitar uma situação, não criar é
1341 um problema para nós, pra que amanhã alguém possa questionar um dispositivo
1342 desses. Então, eu penso que nós já estamos propondo a questão do acidente, nós
1343 estamos permitindo a questão das férias. Eu até acho que, por exemplo, vamos
1344 construir uma analogia aqui, o servidor público existe algumas hipóteses no
1345 estatuto que ele pode se ausentar até dois anos, não é Edina, sem remuneração ou
1346 por um tempo com remuneração. Então, a gente pode construir uma analogia
1347 nesse sentido. Mas, é importante que não seja um prazo muito longo sob pena da
1348 gente descaracterizarmos a figura da autorização. Só faço essa ressalva e aí vocês
1349 é quem decidem. O senhor Marafa, presidente do SINDIMOTOBAG, diz: Só pra
1350 deixar claro aqui doutor que pode ser feito também em caso de acidentes porque
1351 lá vai ter os atestados. No meu caso mesmo o médico já adiantou que é de seis a
1352 doze meses. Então, tipo assim, eu tenho os atestados para comprovar a minha
1353 ausência do trabalho e posso trazer os atestados para provar. Mas, no caso da
1354 pessoa que aluga o colete para outro e ele for transferido, na prefeitura o
1355 transferido vai ser o dono da vaga lá. O advogado do sindicato, Herbert Penze,
1356 diz: Não tem como, é personalíssimo. Por isso que a gente estava falando, essa
1357 questão do acidente está implícito a questão do aluguel. Está implícito. E a questão
1358 das férias também vai estar implícito a questão do aluguel. Agora a gente está
1359 falando de aluguel mesmo, como que vai ser regulado a questão do aluguel.
1360 Porque a questão do acidente está implícito a questão da transferência, igual seu
1361 caso, você está há mais de seis meses parado. Então, você está tranquilo, você está
1362 dentro da lei que a gente está regulamentando aqui. A questão das férias vai ter
1363 que ser criado também, colocar trinta dias, depois de um ano ficar trinta dias de
1364 férias. Aí também o cara desses trinta dias vai poder estar alugando. Mas, agora a
1365 gente precisa achar uma maneira de realmente falar da questão do preposto
1366 especificamente. O vereador Dr. Joãozinho diz: Muito bem lembrado aqui. Presta
1367 atenção, são figuras distintas. Quando eu falo da transferência, vou dar um

1368 exemplo pra vocês aqui bem fácil da gente entender. A água de Barra do Garças
1369 foi transferida? Não! A quem ela pertence? A exploração do serviço de água na
1370 Barra é do município. Aquela empresa lá tem uma autorização para explorar o
1371 serviço por um determinado tempo. Mas, a quem pertence aquele patrimônio da
1372 exploração? Para o município, para todos nós. Então, são coisas diferentes. Mas,
1373 deixa eu dar um exemplo aqui. A empresa de telefonia que a gente tinha aqui há
1374 pouco tempo, a empresa de telefonia foi, no nosso linguajar aqui, transferida. Não
1375 tínhamos a nossa empresa aqui, que era do Estado? A Telemat. Acabou, ela é de
1376 uma outra pessoa agora, não é mais do Estado. Então, quando a gente fala do
1377 instituto da transferência você está dizendo: olha, a permissão não é mais sua. Nós
1378 estamos falando que você vai transferir ela para alguém. Quando você autoriza
1379 por qualquer situação, porque você está de férias, porque você se acidentou ou
1380 numa outra hipótese que nós estamos criando agora, isso é muito importante, a
1381 autorização permanece sua. Então, aqui nós não estamos falando do instituto de
1382 transferência. Nós estamos falando só de uma autorização provisória para que um
1383 terceiro possa exercer aquela atividade que é minha. O terceiro pode falar: não,
1384 agora é minha. Não senhor! Agora, evidentemente, aqui é um negócio meio
1385 enjoado, não existe culpa objetiva. Eu não posso ser culpado porque o cara estava
1386 transportando alguém na moto e bateu. Não, a responsabilidade é dele. A lei não
1387 traz, não transfere pra você essa responsabilidade. Então, isso já decorre da
1388 própria lei e da essência da lei, responsabilidade subjetiva a gente fala, cada um
1389 carrega o seu balaio. Entenderam? Então assim, por isso que estou dizendo a
1390 questão, agora nós estamos falando da autorização pra alguém trabalhar com a
1391 minha vaga, que é isso que a gente usa, é essa expressão que nós usamos. Mas, a
1392 permissão é minha. Não se transfere pra ninguém. O advogado do sindicato,
1393 Herbert Penze, diz: Permite a transferência, mas é diferente do aluguel. O
1394 vereador Dr. Joãozinho diz: É, a lei permite a transferência, mas é aquilo que estou
1395 dizendo, quando você transferir, você vai lá prefeitura e fala assim: olha, eu vou
1396 transferir a minha vaga, vou transferir. Está aqui esse menino bonitinho, ele
1397 preenche todos os requisitos, é porque é meu amigo e eu tenho essa intimidade, aí
1398 beleza. Transferiu pra ele, semana que vem você fala: ah, eu quero de volta. Não,
1399 não, transferiu. Essa é uma história, acabou, a permissão foi feita pra ele agora, já
1400 não é mais sua. Detalhe: dentro do tempo de outorga. Daqui a três anos você
1401 resolveu transferir pra ele, você não tinha cinco? Ele só vai ter dois, renovável
1402 pelos outros dois, mas não vai começar a contar de novo cinco pra ele não. É só
1403 pelo tempo da sua permissão. Está vendo? Beleza? Então, vamos findar essa
1404 história do permissionário aqui do preposto. Beleza? Como é que nós vamos fazer
1405 essa questão do preposto? Pode, é o tempo que resta pra você e o tempo da

1406 renovação. Perfeito! Mas, você perdeu o vínculo com a vaga. Quem transferiu
1407 perdeu o vínculo com a vaga, é isso que estou dizendo. Aquele que assumiu vai
1408 assumir o vínculo na mesma condição que ele. Vamos supor que já tem quatro
1409 anos, só falta um, ele só vai ficar aquele um ano mais os outros cinco de
1410 renovação. Não vai começar do zero de novo, cinco. Não, não é isso. Eu estou
1411 dizendo assim, como é seu nome? João Carlos. Xará é o seguinte, estou dizendo
1412 assim, eu estava divagando, construindo um raciocínio jurídico pra dizer pode. A
1413 gente pode criar essa figura do preposto. Eu acho que sim. Por que? Porque outras
1414 categorias, como o servidor público, existem essas espécies de licenças, mais ou
1415 menos isso, não é Edina? Existe licença para o cara estudar, para o cara tratar das
1416 coisas pessoais dele. Então, por exemplo, eu quero uma licença porque quero
1417 visitar um filho meu que está lá na Bahia ou no Paraguai fazendo medicina ou não
1418 sei o que. Essa hipótese não está prevista em nenhuma legislação nossa, eu não
1419 me acidentei e nada, quero deixar um cara três meses exercendo, usando da minha
1420 vaga aqui, quero alugar pra ele. Posso? Posso. A gente tem que criar essa
1421 possibilidade na lei. É isso. Porque na verdade a gente fala aluguel, é o nome que
1422 se dá. Mas, na lei não é aluguel porque não existe essa questão do aluguel. Então,
1423 é um cara, um preposto que fica autorizado a trabalhar por mim. Na lei anterior,
1424 porque eu li as leis, havia a figura do preposto. Só que na lei anterior era ruim.
1425 Por que? Naquela que foi aprovada em dezembro. Porque a figura do preposto
1426 como estava na lei era assim: você indica o cara pra ser seu preposto, é o Antônio.
1427 Aí tem que ser só ele. E o que isso vai dificultar? Vai dificultar que amanhã você
1428 não pode substituir por outro, tem que ser por ele. Então, acho que era meio
1429 complicado isso. Eu li e falei: se vocês concordarem. Mas, a gente pode criar a
1430 figura do preposto e estabelecer. Por exemplo, pode estabelecer um prazo máximo
1431 que o preposto que pode trabalhar. Eu posso escolher um preposto que preencha
1432 todos os requisitos legais, sendo que eu só posso fazer por, fora das hipóteses
1433 previstas nessa lei. Não, ele pode. É aquela história, a gente vai colocar lá. Não, o
1434 preposto pode. Não, o preposto vai usar o seu colete só pelo tempo que vocês
1435 combinarem. Quando venceu a autorização que você deu pra ele,
1436 automaticamente vai voltar pra você. O advogado do sindicato, Herbert Penze,
1437 diz: Hein doutor, então seria assim, seguindo a sua linha de raciocínio, já meio
1438 que está contemplando ali na questão do acidente, das férias, seria só um pra
1439 arrematar essa questão do preposto. Seria só uma questão: fora dos casos previstos
1440 em lei admite-se a preposição pelo prazo máximo de X dias. Aí matava essa
1441 questão. Agora, é a questão do prazo. O vereador Dr. Joãozinho diz: Isso, é isso
1442 que estou dizendo. Pelo prazo máximo de quanto tempo? O advogado do
1443 sindicato, Herbert Penze, diz: Cento e vinte dias. O vereador Dr. Joãozinho diz:

1444 Pode falar. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Não, a questão dos cinco
1445 anos não tem como gente. Não tem como você alugar a vaga por cinco anos. O
1446 vereador Dr. Joãozinho diz: Você está dizendo assim: eu vou pegar minha vaga e
1447 alugar por cinco anos. Aí foge ao espírito da lei. O advogado do sindicato, Herbert
1448 Penze, diz: Não tem como. Um participante, não identificado, diz: No máximo
1449 um ano não tem como pôr doutor? No máximo por um ano, doze meses? O
1450 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Eu sugeriria seis meses porque é igual
1451 o doutor falou, é uma questão de que está descaracterizando a permissão e a
1452 autorização, que é um instituto personalíssimo. A gente está tentando adequar,
1453 mas a gente também tem que entender que uma coisinha arriscada pode
1454 comprometer todo ganho da classe, todo o projeto. Eu sei que todo mundo quer
1455 do jeito que está. Vai ficar praticamente do jeito que está, os trezentos, vai ser
1456 permitida a transferência, a questão da moto. A gente já conseguiu várias coisas
1457 aqui e seria a questão de razoabilidade, de bom senso da classe também. Por um
1458 período de seis meses, por exemplo, seria uma sugestão. Um participante, não
1459 identificado, diz: Eu acho que também é assim, por exemplo, o nosso presidente
1460 ali, se ele pegou passou uma autorização pra alguém trabalhar com a vaga dele
1461 pra seis meses, mas quando chegar os seis meses ele não tem condições de
1462 trabalhar, ele vai pegar um atestado médico pra poder fazer mais outro tempo. O
1463 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: A questão do atestado está resolvido.
1464 No caso do Marafa está até hoje sem condições de trabalhar, então estaria legal.
1465 O substituto dele estaria legalmente pelo tempo que ele estiver encostado, vamos
1466 colocar assim, o substituto dele atendendo a todos os requisitos vai poder estar
1467 atuando normalmente. Seja por um ano o Marafa vai ficar fora. Agora é uma
1468 questão diferente, é a questão do aluguel direto. Entendeu? Falar: olha, eu quero
1469 alugar mesmo. Um participante, não identificado, diz: Entendo. O advogado do
1470 sindicato, Herbert Penze, diz: E é diferente de transferir. Transferir você perdeu,
1471 não tem como você voltar atrás. E o que o doutor João está tentando falar é que a
1472 gente não pode descaracterizar a autorização ou a permissão. Um participante,
1473 não identificado, diz: É igual tem muitas vagas que, as vezes, a pessoa tem só para
1474 aluguel, no caso. Seria esse ponto aí. O advogado do sindicato, Herbert Penze,
1475 diz: Essa questão é muito complexa porque até a gente sabe que tem gente com
1476 vários coletes aí. Então, essa questão vai ter que ser, a gente reúne posteriormente
1477 todo mundo que está nessa situação, vai falar com a diretoria. Talvez tenha uma
1478 saída para essa questão. Mas, o que o sindicato indicar tem que ficar claro, vão
1479 ser os trezentos que vão estar lá. A licença vai ser expedida no nome desses
1480 trezentos que forem indicados. Você está entendendo? O cara que tem nove não
1481 tem como. Não tem como o cara estar com nove vagas. Então, essa questão a

1482 gente vai tentar discutir junto com a diretoria. Vamos focar na questão do
1483 preposto. Pega o microfone aqui, por favor. Um participante, não identificado,
1484 diz: Hein, só um minutinho, é um esclarecimento. Vamos supor, eu estou
1485 trabalhando nessa vaga, eu passo ela para o João. Beleza. Eu quero voltar depois
1486 a trabalhar, como vai ficar minha situação de eu conseguir outra vaga ou voltar
1487 para aquela vaga? Como é que vai ficar porque hoje eu estou de mototáxi, amanhã
1488 eu saio, mas eu quero voltar depois. Mas, e aí como é que vou fazer pra conseguir
1489 uma vaga? Essa é minha dúvida. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz:
1490 Por isso essa questão do alugando. Um participante, não identificado, diz: Não
1491 estou falando do aluguel não. É de eu voltar pra trabalhar a exercer a função. O
1492 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Mas, se você está com a licença, deixa
1493 eu pensar. Um participante, não identificado, diz: Hoje eu estou com a licença,
1494 mas amanhã eu posso passar essa licença pra outra pessoa, que é o preposto. O
1495 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Aí você vai estar alugando. Um
1496 participante, não identificado, diz: Aí futuramente vou querer voltar a trabalhar.
1497 Como que vou conseguir pra voltar por meio legal? O vereador Dr. Joãozinho diz:
1498 Vou lhe dar a resposta, presta atenção. Não, aqui no caso dele ele está falando
1499 assim, a gente tem que contextualizar em que hipótese legal ele está falando. Ele
1500 está falando assim: se eu transferir a minha vaga para outro, depois algum dia eu
1501 posso voltar a ter uma vaga? Essa é a pergunta que ele está fazendo. Então,
1502 resposta. Vou responder de uma forma didática e jurídica. Tudo aquilo que não
1503 está proibido pela lei, está permitido. Tem alguma vedação na lei dizendo que não
1504 pode? Então pode. O que aconteceu? Ah, beleza, eu resolvi ir embora para
1505 Goiânia. Vou transferir minha vaga para um colega aqui. Ah, chegou lá em
1506 Goiânia não deu certo ou eu terminei meu curso. Sei lá, fiz qualquer coisa e um
1507 ano depois eu quero voltar. Eu quero voltar. Tudo bem, eu não tenho mais um
1508 vínculo com aquela permissão. Eu vou fazer o que faço hoje, vou tentar, se alguém
1509 quiser transferir, aí eu vou lá na prefeitura e falo: oh prefeitura, o fulano quer
1510 transferir e eu preencho todos os requisitos legais. A prefeitura vai falar: beleza.
1511 Entendeu? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Tem que achar alguém
1512 que queira transferir novamente. O vereador Dr. Joãozinho diz: Perfeito?
1513 Tranquilo. Nessa mesma linha de pensamento. O advogado do sindicato, Herbert
1514 Penze, diz: Não, ele está falando de institutos diferentes. Ele está falando da
1515 transferência. O vereador Dr. Joãozinho diz: Nós estamos falando de institutos
1516 diferentes. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Da transferência. A
1517 transferência vai ser a mesma coisa, do jeito que é hoje vai permanecer. O
1518 vereador Dr. Joãozinho diz: A não ser que a gente põe um dispositivo na lei
1519 dizendo assim: quem já transferiu não pode voltar, só pode voltar depois de dois

1520 anos. Mas, se não tiver esse impedimento não está impedido. Beleza? Vamos
1521 voltar aqui, agora ficou fácil da gente entender. Nessa mesma linha de pensamento
1522 nós já temos a possibilidade de outra pessoa trabalhar no seu lugar: uma, vencido
1523 os seus doze meses de férias; duas, no caso de acidente. Mas, as hipóteses de você
1524 autorizar outra pessoa não se restringem só a isso. Então, a gente está dizendo que
1525 nas férias você pode autorizar por trinta dias; que no prazo, se infelizmente você
1526 se acidentar, você pode autorizar pelo tempo do atestado, desde que isso seja no
1527 mínimo trinta dias, segunda hipótese; e agora a terceira hipótese: Joãozinho eu
1528 não me acidentei, não estou no período de férias, mas eu queria por alguma razão
1529 da vida me ausentar da atividade e deixar outra pessoa trabalhando pra mim. Eu
1530 posso? Aí nós estamos dizendo sim. Esse cara que vai trabalhar no seu lugar é a
1531 figura do preposto. Agora, o que nós estamos dizendo é o seguinte: é necessário
1532 nós limitarmos um tempo. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: E que eu
1533 propus seis meses. Vocês entenderam agora? Um participante, não identificado,
1534 diz: Mas, depois dos seis meses ele vai querer pegar, não pode. O vereador Dr.
1535 Joãozinho diz: Não pode em nenhuma hipótese, ele vai exercer a atividade no seu
1536 nome, na sua vaga. Durante o período da outorga é sua. O advogado do sindicato,
1537 Herbert Penze, diz: É sua. Ele vai pegar o seu colete. Um participante, não
1538 identificado, diz: Hein, será que não dá pra gente seguir a linha do vereador João?
1539 Porque ele esteve dizendo no início aí que a gente pode aproximar ao tempo que
1540 o funcionário público tem também. Será que não dá pra gente fazer isso também?
1541 O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Na questão do preposto, não é? O
1542 vereador Dr. Joãozinho diz: É legal. Deixa eu voltar para o exemplo da mulher
1543 casada e do cara casado pra gente entender, porque é fácil entender essas coisas
1544 assim. Cada relacionamento tem determinadas normas. Você está namorando, se
1545 a menina falar assim: ah! Você fala: não, eu vou dormir aonde eu quiser, na casa
1546 da minha mãe. Estou namorando com você, não sou seu marido. Se você falar isso
1547 para a mulher ela vai falar: vai filho da p*** e segunda-feira você já vem aqui e
1548 busca suas coisas. Cada relacionamento é um tipo de lei que disciplina. Eu usei
1549 aquele raciocínio pra dizer assim: pode a substituição? Pode, mas dentro do
1550 espírito dessa legislação que nós estamos aqui. Eu disse que pode, eu não disse
1551 como poderia, e essa legislação como diz assim: o negócio é personalíssimo, a
1552 atividade tem um prazo remunerado. Inclusive gente, eu vou dizer pra vocês, essa
1553 questão do aluguel foi uma das principais razões do Ministério Público exigir isso
1554 aqui. Quem milita sabe, era exatamente para coibir isso. Então, nós estamos
1555 fazendo aqui uma situação que a lei permite e tal, estamos alargando, mas é aquela
1556 tal história, a gente também tem que ter os limites da lei. Então, por isso que estou
1557 dizendo: pode trabalhar através do preposto? Esquece de aluguel, o nome é

1558 preposto. Tudo bem, posso. Mas, eu tenho que estabelecer as hipóteses, não pode
1559 ficar indeterminado, não pode ficar por um tempo indeterminado. Então, eu tenho
1560 que estabelecer um prazo. Eu preciso estabelecer um prazo. É isso. Seis meses. O
1561 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Eu estou apenas sugerindo. O que
1562 vocês acham desse prazo? O vereador Dr. Joãozinho diz: Fala lá campeão. O
1563 advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Ele quer falar ali Zé. Deixa ele falar
1564 lá. Um participante, não identificado, diz: Eu acho que poderia colocar em votação
1565 de seis meses a um ano. Porque como já tem um ano, tinha, agora vai mudar as
1566 normas, então acredito que a votação ficaria melhor. O vereador Zé Gota diz: É
1567 aí doutor? O vereador Dr. Joãozinho diz: Eu acho que um ano vai forçar a barra.
1568 O vereador Zé Gota diz: Porque aí o promotor tudo que a gente está montando
1569 aqui com o consenso da classe, poder legislativo e sindicato, é perigoso ir água
1570 abaixo por isso, porque o promotor depois entra aí com ADIN, não é doutor João?
1571 O vereador Dr. Joãozinho diz: É. Vou fazer uma propositura então. Durante o
1572 prazo da outorga o permissionário, o dono da vaga, poderá valer-se de um
1573 preposto para o exercício da atividade, fora das hipóteses previstas nessa lei, pelo
1574 prazo máximo de um ano. Presta atenção no que eu estou dizendo: durante o
1575 tempo da outorga você vai poder se valer de um preposto pelo prazo máximo de
1576 um ano. É muito pior do que está sendo autorizado, mas é a propositura. O que eu
1577 estou dizendo? Quanto é o tempo da outorga? Cinco anos. Durante esse tempo
1578 você pode se valer de preposto fora daquelas hipóteses de acidente, imotivada.
1579 Não precisa ser acidente, nem nada, simplesmente você quer. Mas, só pode ser
1580 feito pelo prazo máximo de um ano. Beleza? O que é o prazo máximo de um ano?
1581 Por exemplo, falar assim: ah, eu vou viajar e ficar seis meses fora. Beleza, está no
1582 seu prazo, seis meses. Ah, voltei, trabalhei mais dois anos e agora eu quero ficar
1583 mais seis meses fora. Posso? Posso. Só que no tempo da outorga é só um ano que
1584 você pode. Mas aí seis meses, pelo prazo máximo, eu entendo. Pelo prazo máximo
1585 de um ano. O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Então, todo mundo está
1586 em consenso em relação a essa questão? Pra gente finalizar, é isso que está
1587 faltando pra gente finalizar. O vereador Dr. Joãozinho diz: Deixa eu dizer uma
1588 coisa de última hora aqui que me ocorreu. Você viu que está todo mundo cansado
1589 já, impaciente, querendo ir embora. O doutor vai fazer uma propositura, talvez até
1590 eu seja apedrejado aqui, a gente vai depois reduzir isso aqui tudo que a gente fez
1591 a termo e tal. Pode ser que na segunda-feira a gente ainda ache uma situação
1592 melhor, algumas proposições melhores. Então, vou pedir pra vocês, primeiro
1593 quero agradecer muitíssimo de vocês estarem aqui e terem a paciência da gente
1594 ter discuto, primeiro isso, mas se chegar segunda-feira e a gente visualizar a
1595 possibilidade de ainda consertar, a gente vai pedir outra semana, não é doutor, pra

1596 gente poder fazer o melhor possível. Aquela história de que o apressado come cru,
1597 aqui vale. Então, a gente não tem que ter pressa, falar: ah, vamos resolver segunda-
1598 feira. Não. A gente tem que ter pressa pra falar assim: nós fizemos o melhor
1599 possível para a categoria e está amarrado. O advogado do sindicato, Herbert
1600 Penze, diz: Exatamente! O vereador Dr. Joãozinho diz: Com pressas sim, mas
1601 com a certeza de que vamos fazer um negócio definitivo e aquilo que é melhor.
1602 Concorda doutor? O advogado do sindicato, Herbert Penze, diz: Concordo!
1603 Gostaria também de agradecer a presença de todo mundo. Eu vou estar sentando
1604 com o Marafa e o Américo amanhã. Vou estar sentando com os vereadores
1605 também na segunda-feira e a gente vai encaminhar uma minuta assinada pelo
1606 Marafa, o presidente do sindicato, com a mensagem para a câmara legislativa,
1607 também agradecendo esse apoio, e tudo que foi discutido aqui eu também vou
1608 estar em contato com os vereadores pra gente estar achando alguma alternativa,
1609 saída. E reforçar a presença de todo mundo aqui na segunda-feira, é muito
1610 importante. Igual o doutor João falou, se tiver alguma coisinha que estiver solta
1611 na legislação, a gente vai pedir o prazo de mais uma semana porque vocês têm
1612 que entender que é o futuro da classe que está em jogo. Então, essa semana que
1613 se inicia vai ser uma das mais importantes da história do sindicato. Muita coisa
1614 pode ser resolvida, então a gente tem que amarrar tudo certinho. O Marafa
1615 também vai estar fazendo uma reunião com vocês para estar explicando aquela
1616 situação que eu estava conversando pessoalmente com ele. Eu já passei pra vocês
1617 também. Mas, a gente tem que fazer tudo dentro da legalidade pra não ter
1618 problema nenhum com o Ministério Público. O vereador Zé Gota diz: O
1619 importante é deixar o projeto de lei perfeito. Sendo perfeito ninguém mais vai
1620 encher o saco. Então, é muito importante a presença de vocês e desde já agradeço.
1621 É muito bonito quando uma classe se reúne, não é doutor João, luta pelos seus
1622 direitos. E estamos aqui pra trabalhar e principalmente para representar vocês.
1623 Igual, pode ser segunda-feira ou mais uma semana, mas o importante é resolver
1624 uma vez por outra, que já tem um prazo aí de mais de dez anos. Então, obrigado
1625 de coração. O vereador Dr. Joãozinho diz: Dou por encerrada, então, essa
1626 audiência pública. Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi colhida
1627 no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.